



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

QUADRO SINOPSE

Processo	nº 8936/2025-E		
Modalidade	Concorrência Eletrônica		
Tipo	Menor Preço Global		
Execução	60 dias	Empreitada	Preço Unitário.
Dotação orçamentária		33101 15.451.0005.1.540 4.4.90.51.00.00 500	
Origem do recurso			
Da participação			
Sessão Pública	25/05/2026 – 09:00h		
Modo de disputa		Aberto/Fechado.	
Objeto	Contratação de empresa especializada para Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.		
Responsável	LUANA HONORATO CARNEIRO		
Valor total estimado da obra		R\$ 668.380,79 (Seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta reais e setenta e nove centavos)	
Visita Técnica Facultativa	Agendamento perante a Secretaria Municipal de Obras, no endereço Rua Felix, 1581 - Vila do Tinguá, Queimados, por meio do e-mail semob.queimados.projeto@gmail.com		
Publicações			
Expediente da CPLMSO			
Informações			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****Secretaria Municipal de Obras****CONCORRÊNCIA Nº 90010/2025**

(Processo Administrativo nº 8936/2025-E)

Torna-se público que Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Queimados, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediado(a) Rua Mario Pati Junior, 164/338, bairro Vila Camarin, CEP 26383-510 – Queimados/RJ, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Municipal n. 2895, de 09 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em item único, conforme tabela constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os subitens que o compõem.

1.3. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do atual exercício, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa segue: 33101 | 15.451.0005.1.540| 4.4.90.51.00.00| 500.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Somente poderão participar desta licitação empresas do ramo de execução de obras e serviços equivalentes ao objeto do presente edital, devidamente reconhecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital para execução de seu objeto.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1.1. Recomenda-se apresentação de sumário dos documentos acostados com a habilitação e propostas de preços.

3.1.2. Os preços unitários e globais deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais, a fim de evitar arredondamentos que resultem em acréscimo de valor. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor global (total) do item;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

- 4.1.2. Os preços unitários e globais deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais, a fim de evitar arredondamentos que resultem em acréscimo de valor. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pelo órgão, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

5.21.2.2.empresas brasileiras;

5.21.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23. O Agente de Contratação/Comissão solicitará à todos os participantes do certame a apresentação da garantia de proposta, nos moldes do item 22, do Projeto Básico.

5.24. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Certidão de Processos no TCE-RJ (<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/emissao-de-certidao-de-processos>)
- 6.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “6.1.2” e “6.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado por servidor designado pela Secretaria demandante, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não se refira à integralidade do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 6.7.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
 - 6.7.4. conter divergência nos dados de identificação da licitante em comparação com os documentos apresentados;
 - 6.7.5. não compreenda os valores a serem descritos em BDI, exceto na hipótese prevista no item 6.12;
 - 6.7.6. não apresente valor em duas casas decimais e seu arredondamento implique em acréscimo de valor;
 - 6.7.7. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.8. apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 6.7.9. deixar de comprovar o cumprimento prévio da apresentação de garantia de proposta, conforme item 5.23;
 - 6.7.10. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10.2. A proposta será composta no mínimo pelos seguintes documentos:

- a) Planilha orçamentária detalhada, contendo discriminação dos materiais e serviços a serem executados, com preços unitários, parciais e totais, obedecida a ordem sequencial dos itens apresentada no Projeto Básico;
- b) Planilha orçamentária discriminativa do percentual de encargos sociais, bonificação e despesas indiretas (BDI) utilizados;
- c) Cronograma físico financeiro, de acordo com as informações constantes no cronograma anexo deste edital, devendo observar o prazo total da etapa da obra, as etapas de medição e os respectivos percentuais de desembolso.

6.11. As licitantes deverão, para fins de elaboração das propostas, verificar e comparar todas as plantas e demais documentos técnicos necessários para execução da obra;

6.11.1. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe todos os projetos e planilhas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos documentos inseridos previamente no registro cadastral do SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por determinação do Agente de Contratação/Comissão, quando julgar necessário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado perante a Secretaria Municipal de Obras, no endereço Rua Felix, 1581 - Vila do Tinguá, Queimados, por meio do e-mail semob.queimados.projeto@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.1.1. Quando da realização da vistoria prévia será disponibilizado pelo Município ao licitante atestado de comparecimento, que deverá ser juntado pelo licitante como documento habilitatório obrigatório.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#))¹:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

¹ Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida. Não é caso de complementação a hipótese em que o atestado já traz informação precisa que inquestionavelmente indica capacidade inferior à exigida. Nesse sentido, aplica-se o PARECER n. 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU, que, embora proferido sob a égide do Decreto nº 10.024/2019, está em consonância com a novel legislação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

- 8.3. Cédula de Identidade dos sócios.
- 8.4. Identificação dos procuradores, caso o preposto designado não seja parte identificada no contrato social (procuração pública ou particular passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgado ao seu representante poderes para tomar as decisões que julgar necessárias durante o procedimento licitatório, sendo indispensável o recolhimento de firma no caso de procuração particular ou outro documento equivalente).
- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.13. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

8.14. Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto do presente Projeto Básico, expedido pelo CREA ou CAU da circunscrição da licitante, válido na data da apresentação da proposta

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

8.20. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que a licitante pelo respectivo objeto está isenta de Inscrição Estadual;

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

- 8.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.27. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração da vencedora do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas que tenham efeito negativo.
- 8.28. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento da interessada, a critério exclusivo da Administração Pública.
- 8.29. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.
- 8.30. Relação explícita das máquinas e equipamentos a serem utilizados para a execução das obras. Deverá ser apresentada, juntamente com a relação de máquinas e equipamentos, declaração, formal, sob as penas da Lei, que os mesmos estarão em disponibilidade para execução do objeto deste ato convocatório.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.31. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 8.32. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.33.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.34. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.36. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.38. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.39. A Licitante deverá apresentar os documentos abaixo, comprobatórios de sua qualificação técnica:

- a) Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto do presente Projeto Básico, expedido pelo CREA ou CAU da circunscrição da licitante, válido na data da apresentação da proposta;
- b) Atestado (s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em natureza, quantidade, qualidade, volume e prazo com o objeto da presente licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) na entidade profissional competente, neste caso, o CREA ou CAU;
- c) Apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do (s) responsável (is) técnico(s) pela execução do serviço, assinada por todo(s) o(s) indicado(s) e pelo representante legal da Contratada. O Responsável Técnico deverá ser profissional de nível superior que responda pela execução dos serviços de acordo com disposto na Resolução nº. 218 do CONFEA, de 29 de junho de 1973. A equipe deverá, ainda, ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço.
- d) Certidão de Registro da Licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.40. O visto no Atestado de Capacidade Técnica pela seção do CREA/RJ ou CAU/RJ, para a licitante sediada fora do Estado, só será exigido à época da assinatura do contrato.

8.41 A habilitação técnica se dará através de apresentação de Atestado de Comprovação de Capacitação Técnica, devidamente averbados no CREA/RJ correspondente ao seu Responsável Técnico, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) ou Profissional, de direito público ou privado, demonstrando já haver executado atividades compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação com características semelhantes ao do local de intervenção.

8.42 Para fins do art. 67, §1º, inciso I, da Lei 14133, são consideradas parcelas de maior relevância técnica as constantes dos itens relacionados abaixo.

- Pavimentação Asfáltica – 86,98T
- Execução de passeio (calçada) – 412,61m²
- Meio fio e sarjeta – 343,84m²

8.43 Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

8.44 Declaração de que recebeu toda documentação técnica deste edital e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

8.45 Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.46 Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

9 DOS RECURSOS

9.44 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.45 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

9.46 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.46.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.46.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.46.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.46.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.47 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.48 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.49 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.50 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.51 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.52 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.53 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no preâmbulo, dentro do horário de expediente.

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.44 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.44.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.44.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.44.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

10.44.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.44.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.44.2.4 deixar de apresentar amostra; ou

10.44.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.44.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.44.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.44.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.44.5 fraudar a licitação

10.44.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.44.6.1 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.44.6.2 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.44.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.44.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.45 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.45.1 advertência;

10.45.2 multa;

10.45.3 impedimento de licitar e contratar; e

10.45.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.46 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.46.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.46.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.46.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**

10.46.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.46.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.47 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.47.1 Para as infrações previstas nos itens 10.44.1, 10.44.2 e 10.44.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.47.2 Para as infrações previstas nos itens 10.44.4, 10.44.5, 10.44.6, 10.44.7 e 10.44.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.48 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.49 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.50 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.44.1, 10.44.2 e 10.44.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.51 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.44.4, 10.44.5, 10.44.6, 10.44.7 e 10.44.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.44.1, 10.44.2 e 10.44.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.52 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.44.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.53 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

10.54 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.55 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.56 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.57 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.58 As sanções previstas neste edital são complementares às sanções previstas no Projeto Básico e no Contrato Administrativo.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.44 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.45 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.46 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: cplmso.semاد@queimados.rj.gov.br.

11.47 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.48 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.49 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12 DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.44 A licitante classificada em primeiro lugar firmará contrato com o Município de Queimados no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar da convocação. O contrato incluirá as condições gerais estabelecidas no edital e outras especiais necessárias à fiel execução do objeto da presente



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

Concorrência, nos termos da minuta contratual a qual integra o presente Edital para todos os efeitos legais e/ou convencionais.

12.45 Após a assinatura do contrato e atendidas as exigências legais, a Secretaria Demandante emitirá a Ordem de Serviço.

12.46 A licitante vencedora deverá providenciar a ART de execução e responsabilidade técnica, nos moldes da Lei nº 6.496/77, a matrícula da obra no INSS, bem como promover sua inscrição junto à Prefeitura Municipal de Queimados e apresentar lista de empregados alocados à obra, as devidas apólices de seguro de responsabilidade civil, e o registro da obra no CREA/RJ ou CAU/RJ, condições essas que, juntamente com a prestação das garantias contratual e/ou adicional, constituem condições obrigatórias ao pagamento da 1ª medição dos serviços realizados.

12.47 Verificada que a ART apresentada para fins de elaboração de termo contratual não está em conformidade com a proposta e responsável técnico indicado pela licitante vencedora, a parte contratada será notificada pela secretaria demandante a regularizar a inconformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação, e posterior convocação da empresa subsequente.

12.48 A execução da obra se dará sob a responsabilidade do Responsável Técnico indicado pela licitante vencedora, apresentado à Prefeitura Municipal de Queimados quando da assinatura do contrato:

- a) o profissional Responsável Técnico terá responsabilidades que englobam a gestão dos trabalhos, a interlocução entre a licitante vencedora, a fiscalização e a Assessoria Técnica da Contratante ou quem por esta indicar, durante a execução do contrato e a integração de todos os serviços;
- b) a Contratada deverá manter um profissional engenheiro civil ou arquiteto no local da obra, com a finalidade de supervisionar, em nome da Contratada, a execução dos serviços objeto desta Licitação;
- c) os profissionais envolvidos na execução da obra devem estar habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, pelo tempo necessário para a consecução completa do objeto contratado.

12.49 A substituição do profissional responsável será admitida desde que por profissionais de experiência equivalente ou superior a apresentada na Habilitação, sujeita à ciência da Contratante, nos termos do artigo 67, da Lei nº 14.133/21.

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais da administração, utilizando o INCC publicado pela FGV, com o respectivo índice acumulado publicado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Com fundamento no Artigo 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a subcontratação de partes do objeto contratual será regida nas condições impostas pelos parágrafos §1 a §3, com as seguintes determinações:

14.2a) Limite de subcontratação:

14.3 Será permitida a subcontratação parcial de parcelas do objeto, ficando limitada a, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do objeto licitado.

14.4 b) Requisitos para a Subcontratação:

14.5 Autorização Prévia: A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Pública, que avaliará e aprovará a documentação do potencial subcontratado.

14.6 Capacidade Técnica: O subcontratado deverá demonstrar capacidade técnica para a execução da parcela subcontratada, mediante apresentação de documentação e atestados que serão avaliados pela fiscalização e anexados ao processo administrativo.

14.7 Vínculo com a Administração: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na fase de planejamento, fiscalização ou execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

14.8 Responsabilidade Exclusiva: A contratada principal permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução de todo o objeto contratual, inclusive perante a Administração Pública, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da subcontratação.

14.9 c) Vedações:

14.10 Não será admitida a subcontratação da(s) parcela(s) considerada principal ou de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, ressalvadas hipóteses descritas no Art. 67, da Lei 14.133/2021.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.queimados.rj.gov.br/>.

15.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 15.11.1 ANEXO I – Projeto Básico
 - 15.11.1.1 Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 15.11.1.2 Apêndice II do Anexo I – Memória de Cálculo
 - 15.11.1.3 Apêndice III do Anexo I – Planta
- 15.11.2 ANEXO II - Memorial Descritivo
- 15.11.3 ANEXO III - Planilha Orçamentária
 - 15.11.3.1 Apêndice I do Anexo III - Composições
- 15.11.4 ANEXO IV - Cronograma Físico Financeiro
- 15.11.5 ANEXO V - Composição do BDI
- 15.11.6 ANEXO VI - Modelo de Proposta de Preços
- 15.11.7 ANEXO VII - Modelo de Cronograma Físico Financeiro
- 15.11.8 ANEXO VIII - Modelo da Composição do BDI
- 15.11.9 ANEXO IX - Modelo de declaração de ausência de parentesco
- 15.11.10 ANEXO X – Modelo de desistência de visita técnica
- 15.11.11 ANEXO XI - Minuta de contrato

Queimados, ____ de _____ de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



PROJETO BÁSICO

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para **Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

O objeto da licitação tem a natureza de obra, sendo do tipo comum de engenharia, conforme justificativas contidas no ETP, se enquadrando na classificação nos termos do parágrafo XII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A intervenção prevista vislumbra garantir condições seguras de acessibilidade, conforto, ergonomia e salubridade, além de boas condições de utilização do equipamento para as atividades propostas para o local e, com a boa execução nos serviços de manutenção e reforma colaborar para a ampliação de sua sobrevida e, conseqüentemente, de suas infraestruturas, mantendo baixos custos de manutenção, com a finalidade de estabelecer o conforto aos usuários, com uma proposta de modernização e qualificação do equipamento de maneira geral.

3. ESTIMATIVA DOS VALORES E REGIME DE EXECUÇÃO

Os quantitativos e tipos dos serviços a serem prestados tiveram como base o Catálogo de referência EMOP e SINAPI (FEV de 2026.)

Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes, veículo, celular, hospedagens, passagens, fretes, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços e seu reposicionamento no local, limpeza do ambiente, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

O valor estimado total a ser disponibilizado para os serviços é de **R\$ 668.380,79 (Seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta reais e setenta e nove centavos)**, os recursos serão providos pela Proposta nº 24174/2023 com Convênio 943273, no valor de **R\$ 534.767,22 (Quinhentos e**



trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), reservado para os custos à época da solicitação do recurso. O valor excedente de **R\$ 133.613,57 (Cento e trinta e três mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e sete centavos)** será custeado pelo Município através de contrapartida.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender as despesas decorrentes da presente contratação advirão da seguinte dotação orçamentária, segundo determinado pelo controle e planejamento da Secretaria Municipal de Fazenda:

FICHA	33101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - Administração Direta
PROGRAMA DE TRABALHO	15.451.0005.1.540 - PROMOVER A URBANIZAÇÃO E INFRA ESTRUTURA URBANA
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
FONTE DO RECURSO	500

5. MODALIDADE LICITATÓRIA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Esta contratação seguirá na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, por se enquadrar no Inciso XXXVIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021, cujo critério de julgamento seguirá na alínea “**a) menor preço**”, modo de disputa “**aberto/fechado**”.

Prazo mínimo de 60 dias de validade para as propostas comerciais, compatível com a duração do certame (Lei nº 14.133/2021, art. 90, § 3º.)

Conforme Art.28, II c/c art.46, inciso I da lei 14133/2021 e do Decreto Municipal 2895/2023, art.3º, inciso VIII, alínea a.

6. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução é de aproximadamente 60 dias, a contar da data de Ordem de Início.

O recebimento provisório terá prazo de 90 dias, a contar da data do recebimento provisório.

O prazo de vigência da contratação é de até 150 dias contados da Ordem de Início, na forma



do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme vistoria, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- A Contratada deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 42, de 08 de julho de 1992, e Lei Nº 6.496, de 1977. A ART a que o contrato está sujeito deve ser registrada no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.
- O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.
- As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.
- Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.
- A obra em questão deverá seguir o cronograma pré-definido. Na possibilidade de eventual caso de força maior, fatos imprevisíveis e afins, que possam impactar no prazo de execução da obra, a empresa deverá justificar formalmente o Município, do contrário poderá sofrer punições, uma vez que o principal objetivo da entidade é o exercício pleno das funções para atingir o melhor resultado em benefício da população.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

9. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO



Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em memorial descritivo com especificações determinadas, promovendo sua substituição quando necessário.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção,



certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.8.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

11.8.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

11.8.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

11.8.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

11.8.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

11.9. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta,



com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.6.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos



documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.17. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.18. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

12.19. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);

12.20. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.21. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços



executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.22. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.23. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.23.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.23.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos procedimentos determinados pela resolução, por classe de resíduos.

12.23.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.24. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.24.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.24.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152



12.25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.26. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

12.27. No caso de execução de obras:

12.27.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.27.1.1. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

12.28. A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de colaboradores, profissional de Engenharia Civil, devidamente habilitado pelo sistema CREA/CONFEA, Responsável Técnico pela empresa, com acervo técnico inerente à execução de serviços e/ou obra similar ao Objeto do presente Projeto Básico.

13. FISCALIZAÇÃO

A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) designado(s) pela PREFEITURA DA CIDADE DE QUEIMADOS e respectivos auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

Ficam reservadas à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no Contrato, nestas Especificações, e em tudo



o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A CONTRATADA deverá permanentemente ter e colocar, à disposição da FISCALIZAÇÃO, os meios necessários e aptos a permitir o acompanhamento dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções realizadas para efeito de faturamento.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

A condução geral da obra pela CONTRATADA ficará a cargo de um Engenheiro Residente, pertencente ao quadro de colaboradores da empresa, devendo o mesmo ser auxiliado por Mestres de Obra, ou encarregados, devidamente habilitados para os serviços do objeto deste Projeto Básico.

Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao Engenheiro Residente serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado, ou disposição tomada pelo referido Engenheiro, ou ainda omissões de responsabilidade do mesmo, serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

O Engenheiro, Mestres de Obras e os Encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que se refira, diretamente, à obra e suas implicações.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias



mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15. SUBCONTRATAÇÃO:

Com fundamento no Artigo 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a subcontratação de partes do objeto contratual será regida nas condições impostas pelos parágrafos §1 a §3, com as seguintes determinações:

a) Limite de subcontratação:

Será permitida a subcontratação parcial de parcelas do objeto, ficando limitada a, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do objeto licitado.

b) Requisitos para a Subcontratação:

Autorização Prévia: A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Pública, que avaliará e aprovará a documentação do potencial subcontratado.

Capacidade Técnica: O subcontratado deverá demonstrar capacidade técnica para a execução da parcela subcontratada, mediante apresentação de documentação e atestados que serão avaliados pela fiscalização e anexados ao processo administrativo.

Vínculo com a Administração: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na fase de planejamento, fiscalização ou execução do contrato.

Responsabilidade Exclusiva: A contratada principal permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução de todo o objeto contratual, inclusive perante a Administração Pública, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da subcontratação.

c) Vedações:

Não será admitida a subcontratação da(s) parcela(s) considerada principal ou de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, ressalvadas hipóteses descritas no Art. 67, da Lei 14.133/2021.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o boletim de medição para os devidos pagamentos,



devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. REAJUSTE CONTRATUAL

- 17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais da administração, utilizando o INCC publicado pela FGV, com o respectivo índice acumulado publicado.
- 17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. FORMAS DE PAGAMENTO

O Pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dia úteis após a emissão da nota fiscal, cuja emissão será autorizada pela fiscalização, seguindo as orientações do edital.

O Pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente com a Fazenda Pública Estadual e Federal.

O Pagamento será realizado, após a representação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pela fiscalização desta Secretaria, pertencentes à Comissão de Recebimento de Material.

b) Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá p valor correspondente aos produtos entregues em caráter definitivo.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19. PENALIDADE

19.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

19.1.1. advertência;

19.1.2. multa;

19.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

19.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



19.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, através de Termo de Aceite Provisório, após a aferição dos seguintes critérios:

- Evolução Físico-Financeira;
- Conclusão do Objeto;
- Funcionalidade;

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.1.1. No prazo de até 90 (*noventa dias*) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado, **que não o fiscal** técnico, deverá providenciar o Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/21;

20.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

20.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21. GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Após o aceite definitivo, dar-se-á início ao período de aplicação das garantias da obra, caso



sejam identificadas patologias, vícios construtivos e demais ocorrências que se julgarem necessárias à execução de garantias.

As garantias exigidas serão com base nas definições e prazos da NBR 17170-2022 - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados e Diretrizes

22. GARANTIA DA PROPOSTA

Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia da proposta como condição para participação no certame, com a finalidade de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, a estabilidade das condições ofertadas e a mitigação dos riscos inerentes à contratação pública.

A exigência da garantia da proposta justifica-se em razão da complexidade técnica do objeto, do vulto estimado da contratação, da necessidade de assegurar a confiabilidade das propostas apresentadas e da proteção do interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da gestão de riscos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

22.1. A garantia da proposta corresponderá ao percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o limite máximo previsto no art. 58, §1º da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A garantia deverá ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

22.3. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes na forma e nos prazos definidos no edital, observado o disposto no art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a hipótese de execução da garantia nos casos legalmente previstos, especialmente nas seguintes situações:

a) retirada da proposta durante o prazo de sua validade;

b) recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;

c) não apresentação da garantia contratual, quando exigida;

d) demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

22.4. A exigência da garantia da proposta não configura restrição indevida à competitividade, porquanto se revela medida proporcional, razoável e adequada ao objeto licitado, ao valor estimado da contratação e aos riscos envolvidos, preservando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a segurança da contratação, conforme entendimento consolidado dos órgãos de



controle.

23. GARANTIA DE CONTRATO

O CONTRATADO deverá prestar garantia de contrato no valor correspondente a 1% do valor estimado da contratação, conforme §1º, Art. 96 da lei 14.133/21 podendo realizar mediante modalidade de fiança bancária ou seguro garantia.

23.1. O SEGURO GARANTIA deverá ser prestado da seguinte forma:

Fiança bancária (carta seguro fiança), esta deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e, (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro);

23.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

23.3. O comprovante de prestação da GARANTIA DE CONTRATO na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada necessariamente em via original.

23.4. Os documentos indicados neste item do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

23.5. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE CONTRATO poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelas diferentes consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e que conste a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

23.6. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE CONTRATO, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

- (i) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;
- (ii) se a LICITANTE, sendo ADJUDICATÁRIA, se recusar a assinar o CONTRATO;
- (iii) se a LICITANTE incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos para a PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,
- (iv) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do contrato.

23.7. A GARANTIA DE CONTRATO será liberada até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo de obras.

23.8. A garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

24. HABILITAÇÃO

24.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA



A habilitação técnica se dará através de apresentação de Atestado de Comprovação de Capacitação Técnica, devidamente averbados no CREA/RJ correspondente ao seu Responsável Técnico, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) ou Profissional, de direito público ou privado, demonstrando já haver executado atividades compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação com características semelhantes ao do local de intervenção.

Para fins do art. 67, §1º, inciso I, da Lei 14133, são consideradas parcelas de maior relevância técnica as constantes dos itens relacionados abaixo.

- Pavimentação Asfáltica – 86,98T
- Execução de passeio (calçada) – 412,61m²
- Meio fio e sarjeta – 343,84m²

Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

25.ANEXOS

- Anexo I – Planilha Orçamentária;
- Anexo II – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo IV – Memoria de Cálculo
- Anexo V – Memorial Descritivo
- Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

Queimados, 25 de março de 2026.

Luana Honorato Carneiro

Assessora Técnica de Infraestrutura

Matrícula 15106/01



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1) INTRODUÇÃO

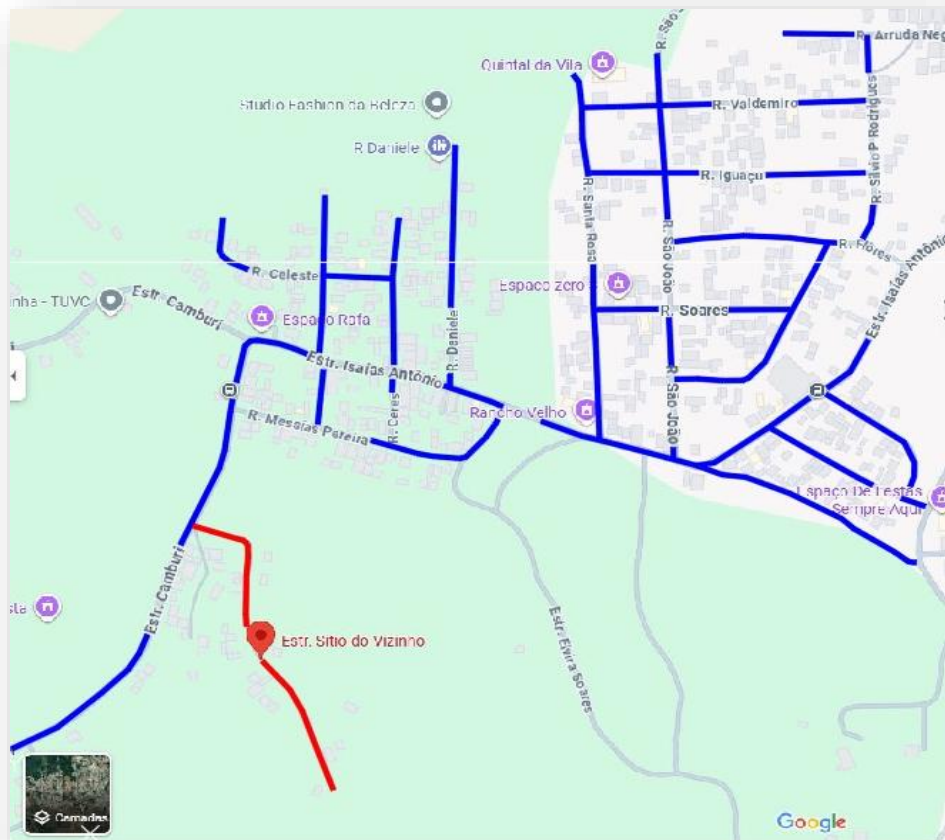
Este documento tem por finalidade apresentar estudos técnicos preliminares basilares que visam atender com a melhor solução as necessidades de intervenção quista na Estrada Sítio do Vizinho no Município de Queimados – RJ”, no que tange serviços de Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais, visando assim melhorias e adequações frente às legislações vigentes e necessidades dos municípios do entorno.

2) DESENVOLVIMENTO

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Estrada Sítio do Vizinho é uma via localizada no bairro Vila Americana, que hoje contempla um plano diretor ambisioso de desenvolvimento urbano por parte da prefeitura de Queimados, que visa potencializar e qualificar a mobilidade urbana em toda essa região. Após levantamento feito pela equipe, foi constatada a existência de infraestrutura de maneira abrangente nas vias adjacentes a via proposta neste escopo.

O sistema viário nas ruas adjacentes é caracterizado por um tráfego diversificado, incluindo veículos leves e pesados, sendo de maneira parcial, vias que dão acesso a bairros de predominância residencial os quais alguns já possuem sistema de infraestrutura , à saber, drenagem, esgoto e água potável , quase que em toda sua totalidade.



No mapa acima, elucidamos a situação atual presente na região onde a Estrada Sítio do Vizinho se localiza no que diz respeito a abrangência das vias que hoje já são contempladas com infraestrutura.

No mapa, as vias demarcadas com cor azul já possuem infraestrutura e em vermelho fica localizada a rua contemplada neste estudo.

Podemos ver através deste panorama que, não abrangermos esta via dentro do escopo de obra proposto seria incongruente perante aquilo que já vem sendo executado na região.

Haveria também desvantagens relevantes a serem consideradas, como lançamento de matéria in natura nas vias pavimentadas, dificuldade de locomoção dos moradores, desvalorização e desconância da via com o entorno.

A intervenção proposta neste escopo vai a contribuir para uma qualificação mais abrangente para locomoção e deslocamento não só da população, bem como para todo o queimadense.



II - SOLUÇÃO PROPOSTA:

De front a este cenário, foi pensado para este escopo uma qualificação viária contemplando não somente a implementação de sistema viário e de infraestrutura, mas a execução de rampas de acessibilidade e sinalização para portadores de deficiência visual e também foi adotado sinalização horizontal para direcionamento e fluidez dos veículos que virão a se locomover pelo local.

III – ÁREA REQUISITANTE

A unidade requisitante do presente Estudo Técnico Preliminar é a Secretaria Municipal de Obras, na figura do seu Ordenador de Despesa, sendo também a gestora dos recursos destinados aos serviços bem como da obra.

IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando o objeto desta contratação, que compreende os serviços citados acima, conclui-se que a necessidade é específica e direcionada à melhoria da infraestrutura viária do município. segurança. Não há alternativas viáveis de atendimento à demanda por meio de manutenção corretiva pontual ou uso de vias já existentes, uma vez que o projeto exige execução direta nas ruas e logradouros disponibilizados pelo município, com atendimento integral às normas técnicas, de segurança e de acessibilidade.

V– REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Estrada Sítio do Vizinho, dá acesso de maneira principal a Estrada Camburi, que por sua vez oferece acessos de maneira direta aos bairros de Vila São João, Jardim São Vicente de Paula além de fazer conexão ao bairro Cabuçu, situado em Nova Iguaçu e também dá acesso direto ao viaduto de Queimados situado na Rodovia Presidente Dutra cujo qual dá acesso as demais localidades da cidade. Ela interliga esses bairros que se encontram em regiões mais extremas da cidade ao centro, fazendo com que a mesma seja uma avenida de grande colaboração para o deslocamento da população queimadense que habita nessas regiões. A estrada Sítio do Vizinho está localizada em uma região campestre de amplo desenvolvimento municipal, onde muitas vias tem por objetivo por parte do município serem contempladas com sistema de saneamento básico e infraestrutura que venha permitir com que os moradores dessas regiões mais afastadas do município obtenham um fluxo de deslocamento qualificado.

Atrelado ao fato de serem regiões mais afastadas ao fato de não possuir ainda um sistema



de infraestrutura qualificado, e, através disso observando a dificuldade que os moradores dessas regiões tem para se deslocarem a equipe técnica da SEMOB passou a trilhar um caminho técnico para viabilização e contratação de uma empresa que pudesse por finalidade, atender as demandas de qualificação da mobilidade urbana necessárias para esta Estrada, dando providências às documentações e trâmites necessários.

A contratação, objeto deste estudo preliminar, apresenta os seguintes requisitos:

- Execução de passeio público acessível
- Implantação de piso tátil direcional e de alerta.
- Nivelamento e preparo da base e sub-base da calçada.
- Pavimentação com material resistente e antiderrapante.
- Instalação de meio-fio.
- Construção de rampas de acessibilidade com guia rebaixada.
- Largura mínima livre de obstáculos para circulação segura.
- Adequação ou desvio de interferências existentes
- Sinalização complementar, se necessário.
- Sinalização horizontal de acordo com o proposto em projeto.

O projeto, a ser elaborado com base nas normas técnicas vigentes, contemplará soluções eficientes e econômicas, prezando pelo cumprimento dos critérios de sustentabilidade, durabilidade e baixo custo de manutenção.

VI – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A intervenção prevista deverá possuir uma área total aproximada de 2.900m², distribuídos em serviços essenciais para Obra de Construção da Estrada Sítio do Vizinho, tais como: execução de rede de drenagem, confecção de calçadas, execução de pavimentação e sinalizações horizontais.

VII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo será verificado após a realização dos projetos, onde a equipe técnica concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um orçamento para a obra com a descrição dos serviços a serem executados através da tabela EMOP e SINAPI, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.



Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas EMOP e SINAPI suprem a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

Temos também como base o último orçamento atualizado no Processo 3564/2023/04 - Execução de Pavimentação e Drenagem na Estrada Antônio Soares, no bairro Vila

São João, no Município de Queimados - RJ, cujo IO era de 07/2023, com valor final de R\$3.012.923,15. – Para execução de 1,4km – Largura média da via: 8,00m

Nos anos de 2022 e 2023, a Prefeitura Municipal de Queimados licitou obras com objetos semelhantes. Como exemplo, temos:

- Processo: 3964.2022.04 – Drenagem e Pavimentação as margens do Rio Camorim - Queimados –
– valor contratado R\$ 3.914.148,54 – Para execução de 3.2km – Largura média das vias: 6,00m
- Processo: 2349/2022/04 - Execução de obras de Saneamento no bairro Nova Cidade - Queimados
– valor contratado: R\$ 1.733.671,93 para 1km – Largura média das vias: 6,00m

Média Contratual – R\$ 2.886.914,54 – Para média de 1,86Km.

Estimando a execução de 0,4km da Estrada Sítio do Vizinho, e com base na média dos valores contratuais supracitados, temos uma previsão orçamentária de: R\$ 620.841,83

Embora haja provável atualização na data base dos valores unitários utilizados na planilha orçamentária, podemos concluir que existe uma relação paramétrica entre os objetos licitados pelo município, resultando numa homogeneidade nos valores e projetos.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas,



recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização desta intervenção, serão oferecidas aos municípios, melhorias em sua qualidade de vida, acessibilidade, condições de higiene e segurança.

Iremos agregar mobilidade e bem estar dos munícipes por intermédio de acesso as demais regiões do Município que terá a Estrada Sítio do Vizinho plenamente executada, garantir condições seguras de trafegabilidade e acessibilidade, conforto, além de boas condições da superfície do pavimento flexível, colaborando para a ampliação de sua sobrevida e, conseqüentemente, de suas infraestruturas, mantendo baixos custos de manutenção.

X – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES E DEMAIS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Neste caso concreto, não se vislumbra contratações correlatas necessárias à realização do objeto e atendimento da demanda, entretanto, a administração precisará providenciar levantamentos planialtimétricos, sondagens e todos os dados técnicos necessários à elaboração do Projeto Básico, nos parâmetros instituídos pela Lei.

Todas as peças técnicas necessárias para contratação podem ser produzidas pela Secretaria Municipal de Obras, em conjunto com as demais secretarias para autorizações e Licenças.

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

XI – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Ambiente e Defesa dos Animais.



Os serviços tais como escavação, escoramento, estabilização de taludes e encostas, drenagem, reaterro, pavimentação e etc., seguirão as determinações constantes no Projeto Básico.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

XII – CONCLUSÃO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conclui-se que a contratação para Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais é tecnicamente adequada, economicamente viável e socialmente necessária, representando um avanço na consolidação da política de assistência social do município.

O investimento está alinhado às diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), ao planejamento da Administração Municipal e ao interesse público, devendo seguir os trâmites previstos na legislação vigente para sua execução com excelência.

XIII – OBJETO DEFINIDO

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ.

XIV – EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

- Eng. Joyce Isabele Chaves – Sub-secretária adjunta – Matrícula: 15106/01
- Eng. Yago Roxinol – Assessor técnico – Matrícula: 15837/01



Objeto: Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

Item	Banco	Código		Unid.	Quantidade
A ADMINISTRAÇÃO					
1	PMQ	COMP. 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00
B CANTEIRO DE OBRAS					
2	PMQ	COMP. 002	LOCAÇÃO DE CONTAINER	VB	100,00
1 un x 2 meses = 2 un x mês					
3	EMOP	02.015.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVACAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	2,00
= 2 un					
4	EMOP	02.016.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA,EM BAIXA TENSAO,PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A,CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	2,00
= 2 un					
5	EMOP	04.005.0300-0	TRANSPORTE DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006,EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.013.0015)	UNXKM	242,60
ida quant x dtm = total 3 un x 40,43 km = 121,3 volta 3 un x 40,43 km = 121,3 242,6					
6	SINAPI	105115	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO MECANIZADA DE CONTÊINER OU MÓDULO HABITÁVEL DE USOS DIVERSOS. AF_03/2024	UN	2,00
= 2 un					
7	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	131,20
Cercamento canteiro 40,00 m x 2,20 m = 88,00 m² Cobertura containers (2,40 m x 6,00 m) x 3 un = 43,20 m² 131,20 m²					
C SERVIÇOS PRELIMINARES					
8	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	12,00
Comprimento 6,00 m x Lagura 2,00 m x Quantidade 1 un = 12,00 m²					
9	PMQ	COMP. 04	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA	H	14,00
Para locação topográfica das cotas de escavação e demarcações de meio-fio e caixa de rua - Considerar 25m de locação por hora					
extensão = 343,84 m / 25,00 m = 14 h					
D SINALIZAÇÃO DE OBRA E SEGURANÇA					
10	PMQ	COMP.05	PLACA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	M2	3,00
Placa = Comprimento 1,00 m x largura 0,60 m = área 0,60 m² x 5 un = 3,00 m²					
11	INSUMO SINAPI	1332	CHAPA DE ACO GROSSA, ASTM A36, E = 3/8" (9,53 MM) 74,69 KG/M2	KG	149,38
Kg da chapa = 74,69 kg Seção da Chapa de aço = (2,00x1,00) Considerando 1 chapa a cada 200 metros = extensão total rede 158,00 m / 200,00 m = 1 und. seção da chapa (2,00 m x 1,00 m) x 1 un = 2,00 m² m² 2,00 m² x kg 74,69 = 149,38 kg					



Objeto: Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

DRENAGEM					
12	INSUMO SINAPI	37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	158,00

Conforme anexo de drenagem = $\frac{\text{extensão}}{158,00 \text{ m}}$

13	SINAPI	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	196,44
----	--------	-------	---	----	--------

Conforme anexo de drenagem = $196,44 \text{ m}^3$

14	SINAPI	90084	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARGURA ATÉ 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	0,36
----	--------	-------	--	----	------

Conforme anexo de drenagem = $0,36 \text{ m}^3$

15	SINAPI	101581	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 3,0 A 4,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M2	18,60
----	--------	--------	--	----	-------

Conforme anexo de drenagem = $18,60 \text{ m}^2$

16	SINAPI	104482	ESGOTAMENTO DE VALA COM BOMBA SUBMERSÍVEL. AF_12/2022	H	252,00
----	--------	--------	---	---	--------

Quantidade	Tempo à disposição	Dias trabalhados	Prazo obra	
1 un x	6 h	x	21 dias	x
			2 meses	= $252,00 \text{ h}$

17	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M3	10,08
----	--------	-------	--------------------------------------	----	-------

Caixa ralo 14 x 1,20 x 0,50 x 1,20 = $10,08 \text{ m}^3$

18	SINAPI	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_01/2026	M3	17,59
----	--------	--------	--	----	-------

Conforme anexo drenagem = $17,59 \text{ m}^3$

19	SINAPI	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	138,39
----	--------	-------	--	----	--------

Ramal de ralo					
		comp.	larg.	extensão	
Escavação	=	1,00 x	1,00	x	42,00 = $42,00 \text{ m}^3$
		Esp.	larg.		
Embasamento	=	0,10 x	1,00	x	42,00 = $4,20 \text{ m}^3$
		Ø tubo	larg.		
Volume	=	0,0625 x	3,14	x	42,00 = $8,25 \text{ m}^3$
Vol. Ramal					= $29,55 \text{ m}^3$
Vol. Rede					= $108,84 \text{ m}^3$ (Conform. Anexo Drenagem)
Vol. Total					= $138,39 \text{ m}^3$

20	SINAPI	100992	CARGA, MANOBR E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	643,96
----	--------	--------	--	---	--------

Conforme item:	13	=	196,44 m³	
Conforme item:	14	=	0,36 m³	
Conforme item:	17	=	10,08 m³	
Conforme item:	31	=	171,92 m³	
				378,80 m³

Volume de material para bota-fora 378,80 m³ x 1,70 t/m³ = $643,96 \text{ t}$

21	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	14.395,39
----	--------	-------	---	------	-----------

KM referente a distância entre o local da obra e o local de disposição final mais próximo, como print do google em anexo (PRINT - TRANSPORTE DMT)

Conforme item:	20	=	643,96 t	
Conforme item:	29	=	438,40 t	
				1.082,36 t
				x
				13,30 km DMT
				= $14395,39 \text{ t.km}$



Objeto: Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

22	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	159,00
			Conforme anexo drenagem - rede de 400 =	117,00 m	
			Conforme anexo drenagem - ramal de 400 =	42,00 m	
			Total =	159,00 m	
23	SINAPI	92211	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	35,00
			Conforme anexo drenagem =	35,00 m	
24	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	6,00
			Conforme anexo drenagem =	6,00 m	
25	SINAPI	102457	BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, PROFUNDIDADE = 1,60 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_05/2021	UN	7,00
			Quantidade:	7 und.	
26	SINAPI	98114	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UN	7,00
			Conforme itens:	7 und.	
			25	7 und.	
27	SINAPI	97933	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,0 M. AF_12/2020	UN	14,00
			Quantidade:	14 und.	
F	PAVIMENTAÇÃO				
28	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	2.028,66
			extensão	larg. média	área
			343,84 m	x 5,90 m	= 2.028,66 m²
29	INSUMO SINAPI	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	257,88
Item contempla carga mas não contempla transporte					
			extensão	larg. média	profundidade
			343,84 m	x 5,00 m	x 0,15 m
					= volume
					257,88 m³
					257,88 m³
			Transporte	=	257,88 m³ x 1,70 = 438,40 t
30	SINAPI	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	257,88
Para atender o item 29					
31	SINAPI	105727	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 10 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	171,92
			extensão	larg. média	profundidade
			343,84 m	x 5,00 m	x 0,10 m
					= volume
					171,92 m³
32	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	687,68
			extensão		
			343,84 m	x 2 lds.	=
					687,68 m
33	SINAPI	94993	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	825,22
			extensão		
			343,84 m	x 1,20 m	x 2 lds.
					=
					825,22 m²
34	PMQ	COMP.003	IMPRIMAÇÃO	M2	1.512,90

área total



Objeto: Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

Conforme anexo viário = 1.512,90 m² 1.512,90 m²

1.512,90 m²



Objeto: Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

35	INSUMO SINAPI	34770	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 30/45 - AQUISICAO POSTO USINA	T	173,97
----	---------------	-------	--	---	--------

128.702,06	Área		espessura	=	volum
	1.512,90 m	x	0,05 m		75,64 m³
75,64 m³	x	2,30 t/m³	=	173,97 t	

36	EMOP	04.018.0020-1	RECEBIMENTO DE CARGA,DESCARGA E MANOBRA DE CAMINHAO BASCULANTE DE 8,00M3 OU 12T	T	173,97
----	------	---------------	---	---	--------

Conforme item: 35 = 173,97 t

37	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	1.078,61
----	--------	-------	---	------	----------

KM referente a distância entre a usina de asfalto e local da obra, como print do google em anexo (PRINT - USINA DE ASFALTO)

$$173,97 \text{ t} \times 6,2 \text{ km} = 1.078,61 \text{ t.km}$$

G SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
38	SINAPI	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA	M	1.031,52

	Extensão		Lados		Total
Eixo	343,84 m	x	1	=	343,84 m
Bordas	343,84 m	x	2	=	687,68 m
					1.031,52 m

39	SINAPI	102513	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	M2	2,05
----	--------	--------	---	----	------

Extensão	x	Largura	=	Total	
Faixa de retenção	3,00 m	x	0,40 m	=	1,20 m²
					2,05 m²
Área	x	Quantidade	=	Total	
Pintura "PARE"	0,85 m²	x	1 un	=	0,85 m²

40	SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF 03/2024	M2	25,92
----	--------	--------	---	----	-------

Considerando 9 unidades de piso alerta por acessibilidade

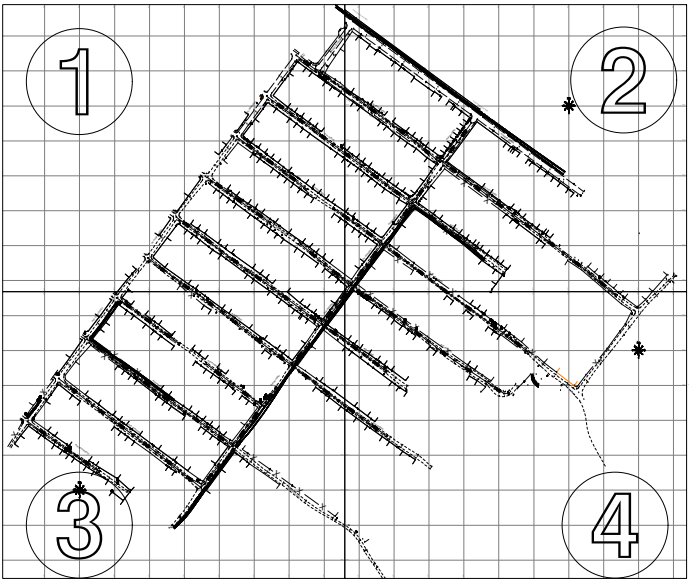
Considerando 18 unidades de piso direcional por acessibilidade

Quant. de acessibilidade	=	6 und.	(piso alerta / acess	x	qnt. Acessibilidade 6 und.	=	54 und.)
Quant. de acessibilidade	=	6 und.	(piso direcional / acess	x	qnt. Acessibilidade 6 und.	=	108 und.)

	Largura	x	Comprimento	=	Área	x	Quantidade	=	Total
Piso alerta	0,40 m	x	0,40 m	=	0,16 m²	x	54 und.	=	8,64 m²
Piso Direcional	0,40 m	x	0,40 m	=	0,16 m²	x	108 und.	=	+ 17,28 m²
									25,92 m²



- NOTAS:
- 1 - TUBO DE CONCRETO PA-1
 - 2- CAPTAR REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS EXISTENTE, RECUPERANDO E LIMPANDO AS MESMAS
 - 3 - CADASTRAR REDE EXISTENTE ANTES DO INÍCIO DAS OBRAS PARA AVALIAR POSSIBILIDADE DO SEU APROVEITAMENTO, CHECAR AS COTAS " IN LOCO" COM AS INFORMADAS EM PROJETO.
 - 4 - RAMAIS DE RALO DEVERÃO TER D=400MM E DE DECLIVIDADE MÍNIMA, PARA CAPTAÇÃO TRIPLAS COM BOCA DE LOBO, ADOTAR RAMAIS DE RALO COM D=600MM.
 - 5-ESTUDOS ELABORADO COM BASE NO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO. PARA PROJETO EXECUTIVO SÃO NECESSÁRIOS PESQUISAS DE INTERFERÊNCIAS DE CONCESSIONÁRIAS POR TRINCHEIRAS.
 - 6-DEVERÃO SER CONTEMPLADOS PROJETOS DE ESGOTO SANITÁRIO NA ÁREA PREVISTA PARA INTERVENÇÃO.
 - 7- LIMPAR E DESOBRUIR A GALERIA EXISTENTE ATÉ O SEU DESÉQUE.



- LEGENDA:
- Nº DO PV
CT=COTA TERRENO
CF=COTA FUNDO
PF=PROFUNDIDADE
 - COMPRIMENTO
DIÂMETRO
DECLIVIDADE %
 - POÇO DE VISITA PROJETADO
 - SENTIDO DO FLUXO
 - REDE DE DRENAGEM PROJETADA
 - CAIXA DE RALO PROJETADA

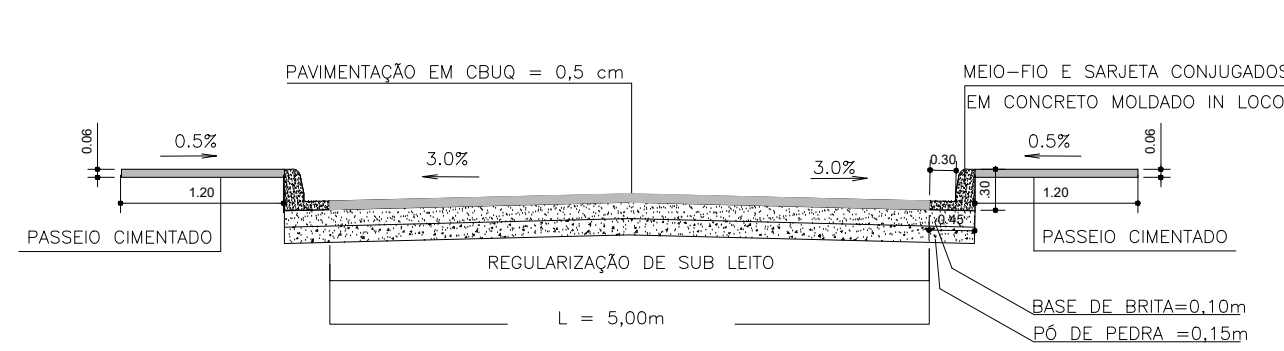
ESPAÇO RESERVADO À PMQ

ESCALA: 1/500	TÍTULO: OBRA DE INFRAESTRUTURA NO BAIRRO VILA AMERICANA	DATA: 28/01/2025
NATUREZA: PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM		
TIPO: PLANTA BAIXA ARTICULADA		Nº. DE PAVIMENTOS: -
ENDEREÇO: RUA SÍTIO DO VIZINHO VILA AMERICANA - QUEIMADOS-RJ		
EXTENSÕES DA POLIGONAL Rua Sítio do Vizinho - 158,00 m de extensão.		Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Queimados Secretaria Municipal de Obras SEMOB
PREFEITO GLAUCO KAIZER		
CRISTINA REMANN DA SILVA Assinado de forma digital por CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA056437777 0599		
SECRE gouby Documento assinado digitalmente LUANA HONORATO CARNEIRO Data: 28/12/2025 13:23:07-0300 Verifique em https://validar.digov.br		
RESP. TÉCNICO: Luana Honorato Carneiro - Engenheira civil CREA-RJ: 2009124930		
DESENHISTA: Felipe José S. de Souza Matrícula: 15834/01		Nº. PRANCHA / TOTAL 01/01

NOTAS:
1 - ESTACAS ESTABELECIDAS A CADA 20,00m

- LEGENDAS:
- PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ - EXISTENTE
 - PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ
 - CONFECÇÃO DE CALÇADA
 - MEIO-FIO CONJUGADO

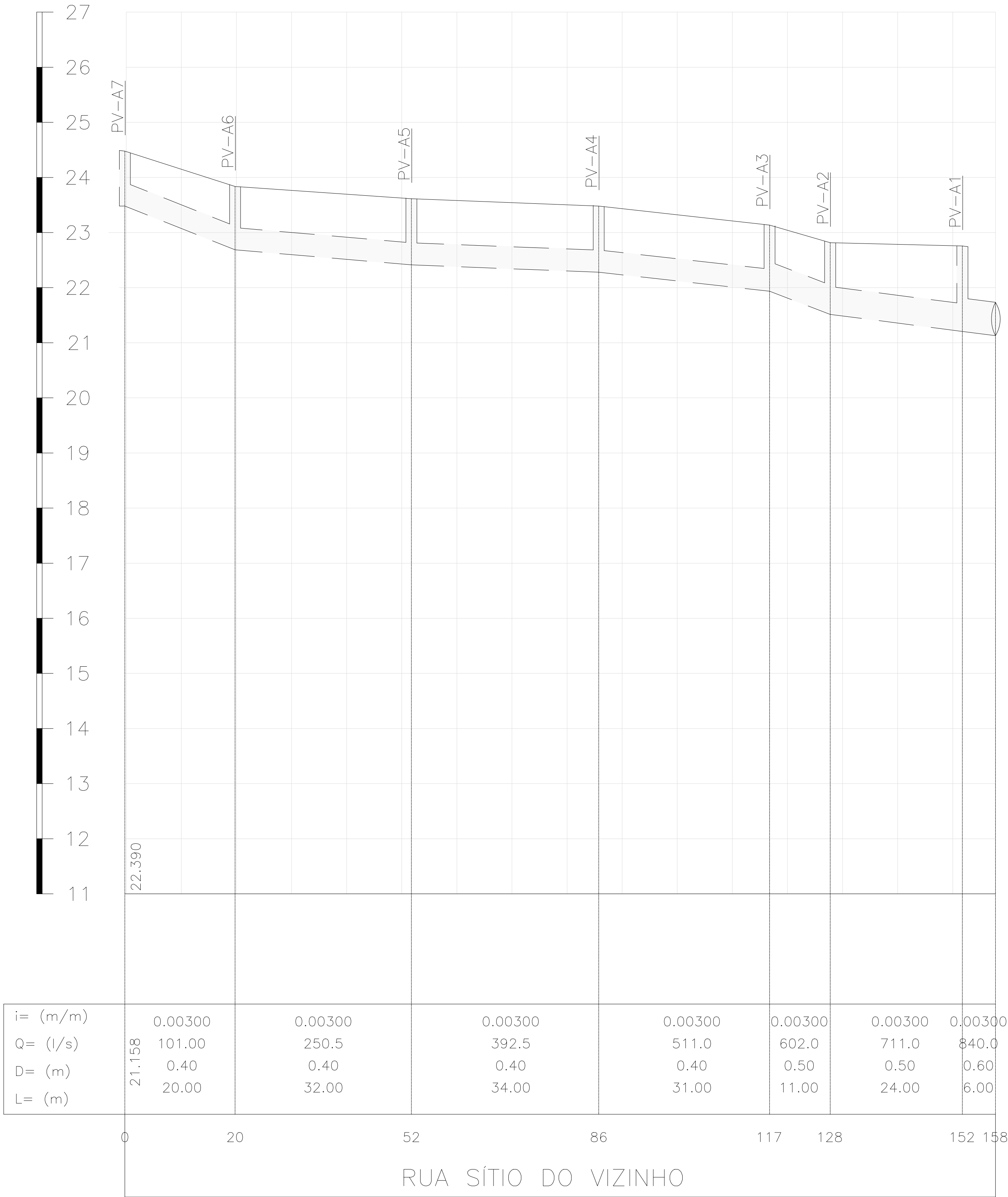
DETALHE PAVIMENTAÇÃO - VIA CBUQ



1 Planta Baixa
escala - 1/500

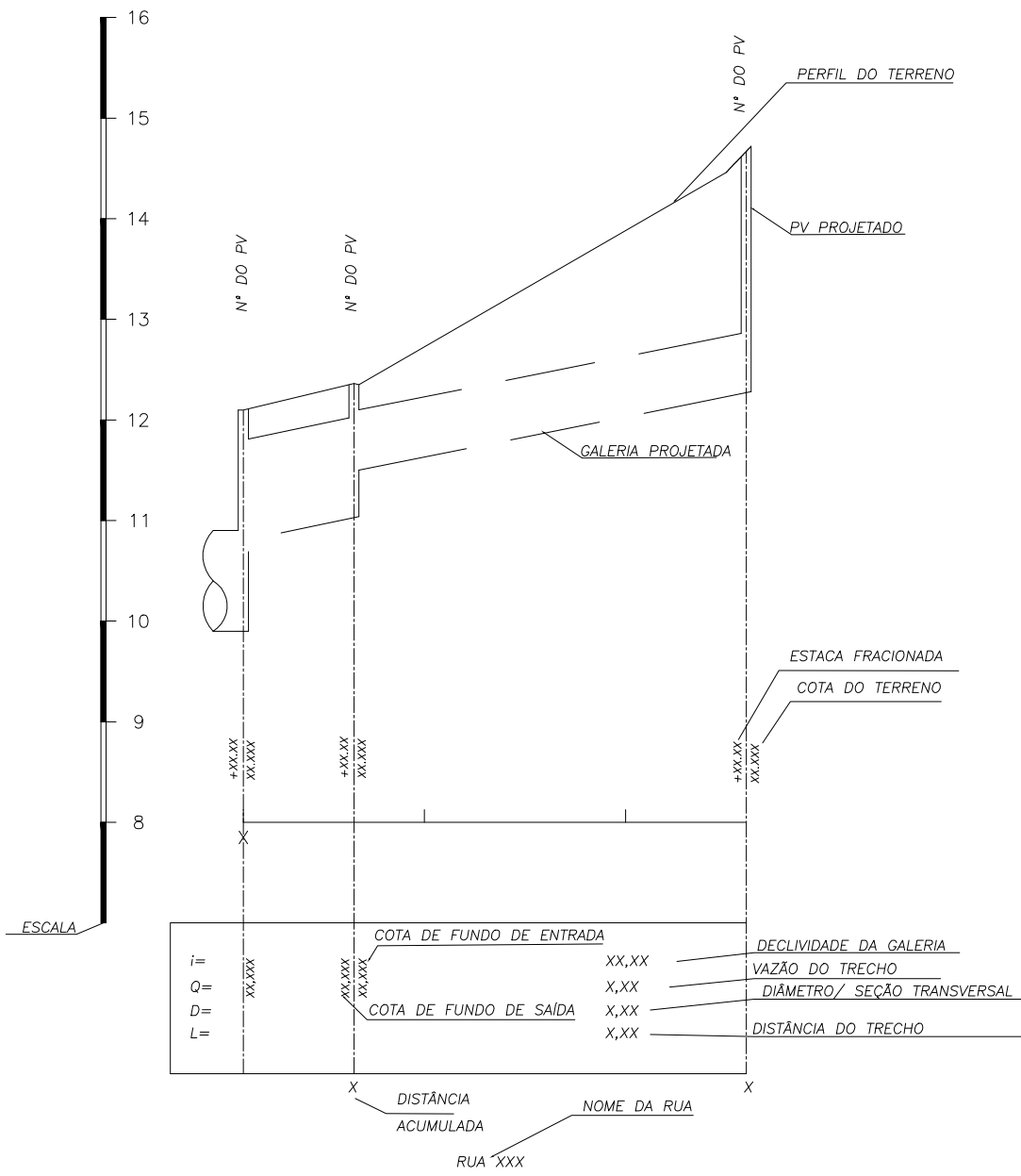
ESPAÇO RESERVADO À PMQ

ESCALA: INDICADA	TÍTULO: OBRA DE INFRAESTRUTURA NO BAIRRO VILA AMERICANA	DATA: 28/01/2025
NATUREZA: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA		
PLANTA BAIXA		Nº. DE PAVIMENTOS: -
ENDEREÇO: RUA SÍTIO DO VIZINHO VILA AMERICANA - QUEIMADOS-RJ		
EXTENSÃO DA POLIGONAL: Rua Sítio do Vizinho - 342,90m de extensão.		<div><div></div><div>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Queimados Secretaria Municipal de Obras SEMOB</div></div> <div><div>PREFEITO GLAUCO KAIZER</div><div>CRISTINA REMANN DA SILVA Assinado de forma digital por CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA:05643372770 Dados: 2025.12.16 16:19:04 -03'00'</div><div>SECRETARIA DE OBRAS Documento assinado digitalmente LUANA HONORATO CARNEIRO Data: 2025.12.20 11:23:07 -0300 Verifique em https://validar.it.gov.br</div></div> <div><div>RESP. TÉCNICO: Luana Honorato Carneiro - Engenheira civil CREA-RJ: 2009124930</div><div>DESENHISTA: Felipe José S. de Souza Matrícula: 15834/01</div><div>Nº. PRANCHA / TOTAL: 01/01</div></div>



LEGENDA:

- PERFIL DO TERRENO
- GALERIA PROJETADA



NOTAS:

- 1- DIMENSÕES E ELEVAÇÕES EM METRO, EXCETO ONDE INDICADO.
- 2- DIVERGÊNCIA ENTRE A ESCALA E A MEDIDA, PREVALECE A MEDIDA.

ESPAÇO RESERVADO À PMQ

ESCALA: 1/500	TÍTULO: OBRA DE INFRAESTRUTURA NO BAIRRO VILA AMERICANA	DATA: 28/01/2025
NATUREZA: PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM		
TIPO: PERFIL LONGITUDINAL		Nº DE PAVIMENTOS: -
ENDEREÇO: RUA SÍTIO DO VIZINHO VILA AMERICANA - QUEIMADOS-RJ		
EXTENSÕES DA POLIGONAL Rua Sítio do Vizinho - 158,00 m de extensão.		Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Queimados Secretaria Municipal de Obras SEMOB
PREFEITO GLAUCO KAIZER CRISTINA REMANN DA SILVA Assinado de forma digital por CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA-05643372770 Data: 2025.12.16 16:21:59 -03'00'		
SEX Documento assinado digitalmente gov.br LUANA HONORATO CARNEIRO Data: 2025.12.16 16:21:59 -03'00' Verifique em https://validar.digov.br		
RESP. TÉCNICO Luana Honorato Carneiro - Engenheira civil CREA-RJ: 2009124930		
DESENHISTA: Felipe José S. de Souza Matrícula: 15834/01	Nº. PRANCHA / TOTAL 01/01	



1 Planta Baixa – Q. 03
escala - 1/750

REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
	ESCOPO CONTEMPLANDO EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM CBUQ
	SINALIZAÇÃO DE BORDO DE VIA NA COR BRANCA
	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE EIXO DE VIA NA COR LARANJA
	PISO DIRECIONAL
	PISO ALERTA

"PARE" E RETENÇÃO
– PINTURA NA COR BRANCA

FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE
(DE ACORDO COM RESOLUÇÃO 495 DO CONTRAN)

ACESSIBILIDADE PNE – DETALHE

ACESSIBILIDADE PNE – PLANTA BAIXA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL – DETALHE PINTURA DE EIXO E BORDA

ESPAÇO RESERVADO À PMQ

ESCALA:	TÍTULO:	DATA:
INDICADA	OBRA DE INFRAESTRUTURA NO BAIRRO VILA AMERICANA	03/02/2025

NATUREZA: PROJETO DE SINALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Nº. DE PAVIMENTOS: -

ENDEREÇO: RUA SÍTIO DO VIZINHO
VILA AMERICANA - QUEIMADOS-RJ

OBSERVAÇÕES:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Queimados
Secretaria Municipal de Obras
SEMOB

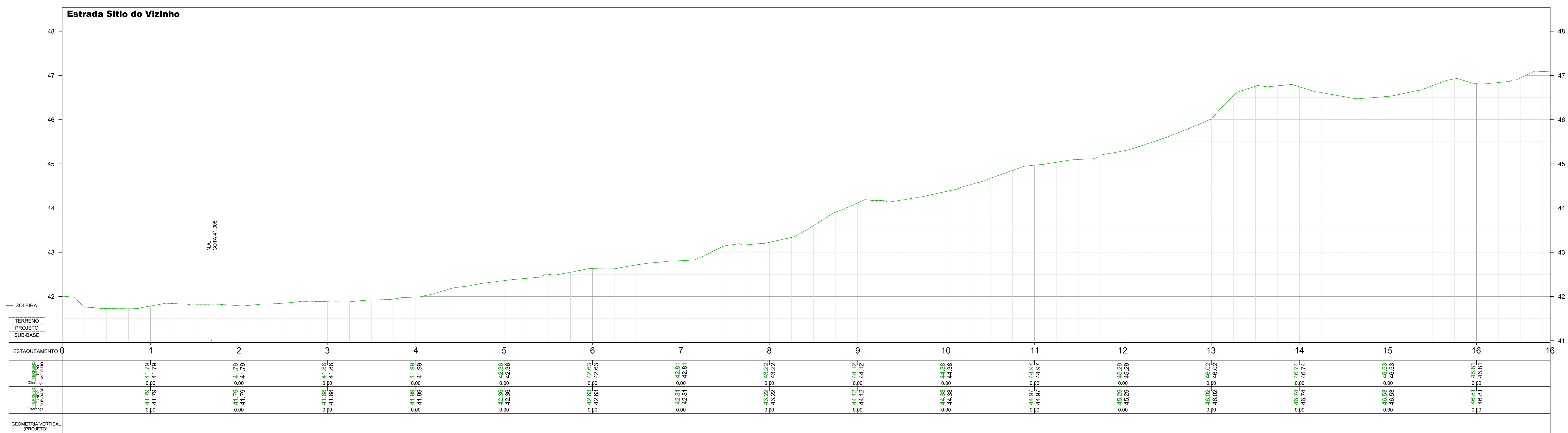
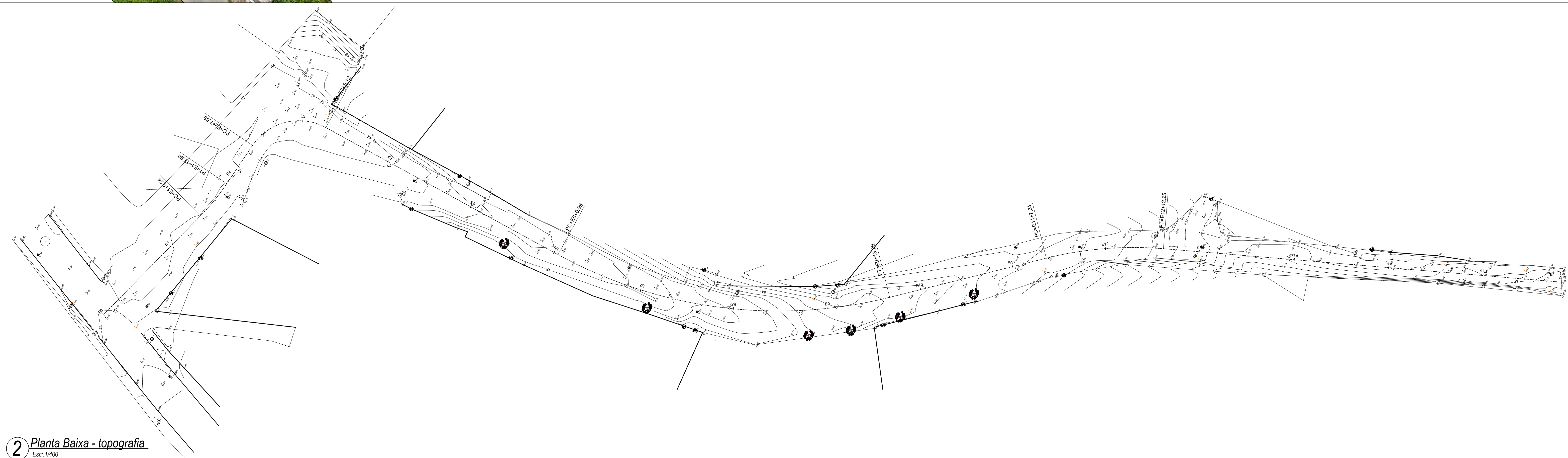
PREFEITO GLAUCO KAIZER
CRISTINA REMANN
DA SILVA
OLIVEIRA:0564337
2770

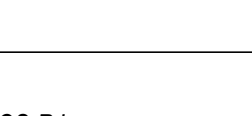
Documento assinado digitalmente
Luana Honorato Carneiro
Data: 10/12/2025 11:25:07-0300
Verifique em https://validar.jrj.gov.br

RESP. TÉCNICO Luana Honorato Carneiro - Engenheira civil
CREA-RJ: 2009124930

DESENHISTA: Felipe José S. de Souza
Matrícula: 15834/01

Nº. PRANCHA / TOTAL
01/01



ESPAÇO RESERVADO À PÁVIO		
ESCALA 1/400	TÍTULO PLANTA DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO, COM PERFIL LONGITUDINAL DA ESTRADA SÍTIO DO VIZINHO, BAIRRO VILA AMERICANA, QUEIMADOS - RJ.	DATA 02/2025
NATUREZA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		
TIPO PLANTA BAIXA	N.º DE PAVIMENTOS -	
ENDEREÇO RUA SÍTIO DO VIZINHO VILA AMERICANA - QUEIMADOS-RJ		
<div> <div> EXTENSÕES DA POLIGONAL COORDENADAS UTM DATUM HORIZONTAL - SIRGAS 2000 DATUM VERTICAL - IBITUBA - SC MERIDIANO CENTRAL - 045° W GR </div> <div>  <div> Estrada do Rio do Janeiro Prefeitura Municipal de Queimados Secretaria Municipal de Obras SEMOP </div> </div> </div> <div> PREFEITO GLAUCO KAIZER <div> <div> CRISTINA REMANN DA SILVA OUBERA056437270 </div> <div> Assinada de forma digital por OUBERA056437270 Ocupante do cargo de Secretaria Municipal de Obras </div> </div> <div> <div> SECRE gouv.rj </div> <div> LUCIANA HONORATO CAMERINO Assinada digitalmente por LUCIANA HONORATO CAMERINO Assinada digitalmente por Secretaria Municipal de Obras Secretaria Municipal de Obras </div> </div> </div> <div> RESP. TÉCNICO: Joicey Isabelle Teixeira - CREA: 2008115081 </div>		
DESENHISTA Guilherme da Silva Teixeira CREA: 2008140205	N.º PRONCHIA / TOTAL 01/01	



Prefeitura de Queimados
Secretaria Municipal de Obras - SEMOB

MEMORIAL DESCRITIVO
**RELATIVO À OBRAS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ.**

Rua Felix, 1581 – Centro – Queimados
CEP: 26.393-260 – CNPJ: 39.485.412/0001-02 – Insc. Estadual – Isento
Tel: 2665-2027 / 2665-1966



1. OBJETO

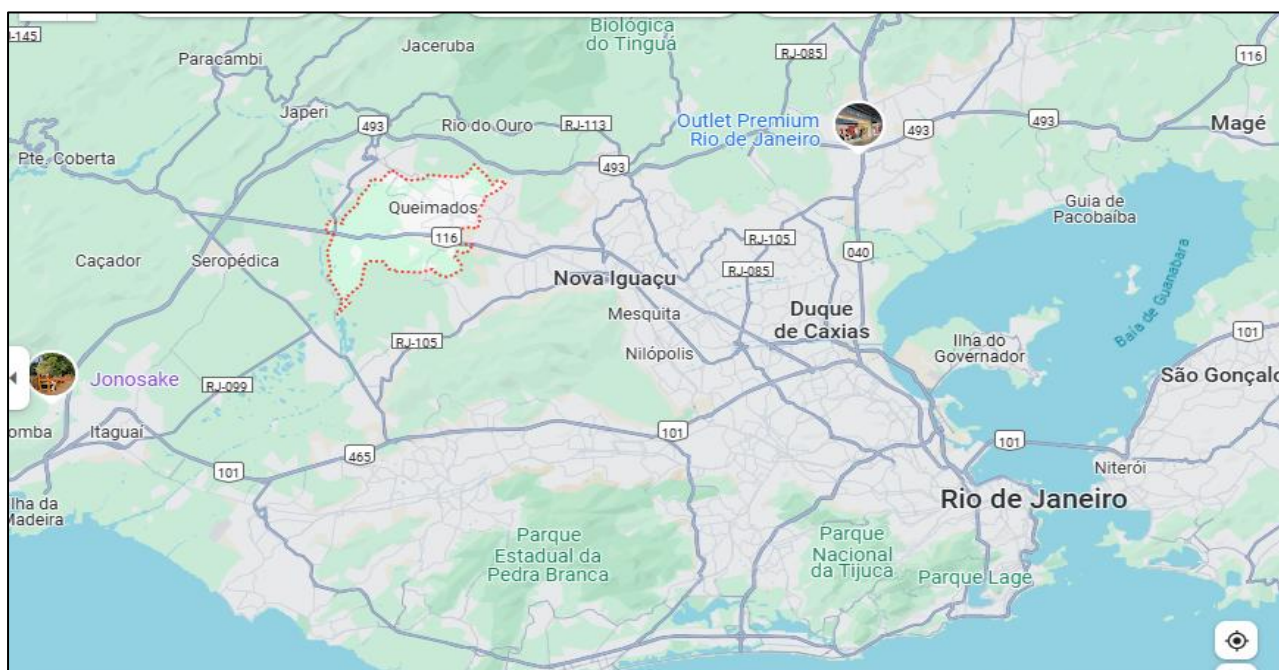
O presente memorial descritivo tem por finalidade, descrever as etapas construtivas e estabelecer as metodologias executivas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para contratação de empresa especializada para realização de obras de construção e manutenção de estradas vicinais no Município de Queimados/RJ,

- Localização e abrangência:

Queimados é um Município pertencente ao estado do Rio de Janeiro, situado na baixada fluminense, onde se encontra a 45/ km da capital do estado;

Localiza-se a 22°42'57" de latitude sul e 43°33'18" de longitude oeste, a uma altura de 29 metros em relação ao nível do mar.

Ilustração 1: Localização do município de Queimados em relação ao estado do RJ.





Queimados ocupa uma área de 76,921km² e integra a região metropolitana do RJ. Segundo o IBGE/2021 possui uma população de 152.311,00 habitantes possuindo uma densidade demográfica de 1.980 hab./km².

Ilustração 2: Delimitação da área prevista para intervenção



A rua contemplada para intervenção, à saber: Estrada Sítio do Vizinho, encontra-se no bairro Vila Americana – Queimados – RJ – Coordenadas: 22°44'34.18"S / 43°33'55.40" O

2. FORMAS DE EXECUÇÃO

O caderno de Encargos composto por Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo dos Serviços e Projetos de rede de drenagem, pavimentação, sinalização e acessibilidade e ficará fazendo parte integrante do contrato.



O Construtor assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com o Caderno de Encargos e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos retrabalhos.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO

Será de 60 (sessenta) dias, o prazo global para a execução da obra. Considerar-se-á para efeito de contagem do Prazo de Execução a data de assinatura da Ordem de Serviços.

O Contratado executará toda a obra e serviços convencionados dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar ao término desse prazo, ditos serviços e obra inteiramente concluídos.

4. FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será realizado através de medições efetuadas pela Fiscalização no decorrer da obra e após a conclusão dos serviços. Tais medições deverão ser fundamentadas em solicitação de medição pela Contratada a qual deverá apresentar relação completa dos serviços executados dos quais solicita a medição.

Os valores investidos para realização dessa obra serão advindos via repasse do convênio com a Caixa Econômica Federal e contrapartida advinda da prefeitura de Queimados.

5. TAXAS E EMULAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA

Correspondem aos custos com que o Contratado terá que arcar para obter dos órgãos públicos competentes todas as licenças e liberações referentes à obra.



Para efeito de fiscalização, o Contratado deverá providenciar e manter em obra os seguintes documentos:

Registro da obra (Certificado de Matrícula) obtido junto ao INSS o relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços e obras, nos termos do Artigo 83 do Decreto Federal n.º 356/91;

Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's, obtido junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, obtido junto ao CAU, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. CANTEIRO DE OBRAS

O local para instalação do canteiro de obras (contêineres) será estudado em comum acordo com a Fiscalização, sendo localizado de forma a atender a obra, se possível sem a interferência com a execução dos serviços. As localizações das instalações provisórias devem, obrigatoriamente, levar em consideração o fluxo de entrada e saída de materiais e pessoal, bem como as demais atividades que se desenvolvem no entorno da obra.

Estão previstos locação de container (inclusive frete para entrega e devolução deles) para: Escritório, Sanitários e Almoxarifado.

Soma-se a locação as instalações provisórias de água, esgoto e energia elétrica para atender aos mesmos.

Para cobertura dos containers bem como para cercamento do canteiro de obras será adotada a utilização de tapumes em telha metálica com dimensões de 1,00m x 2,20m.



6.2. SERVIÇOS PRELIMINARES

6.2.1. PLACA INDICATIVA DA OBRA -

Deverá ser alocada duas placas de identificação da obra conforme as seguintes orientações:

As dimensões mínimas da placa deverão ser de 3,00 m x 2,00 m;

Tanto as letras (fonte Arial) quanto os logotipos, deverão ter tamanhos proporcionais ao tamanho da placa;

As cores das letras deverão ser de tonalidade escura em contraste com o fundo claro;

A placa deverá conter o nome da obra, prazo de execução, valor total e logotipo do órgão contratante. A placa deverá permanecer no local até a inauguração da obra.

6.1.2 SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

Mobilização de equipe de topografia para levantamento topográfico e locação da obra, conforme quantitativos solicitados. Os serviços de limpeza do terreno e abertura de picadas, bem como o fornecimento de piquetes serão realizados em conjunto entre a equipe de topografia e a empresa contratada.

Aparelhos de medição, topógrafos, auxiliares, e o que mais for necessário à locação acima referida serão de responsabilidade da empresa contratada, uma vez que a mesma obterá respaldo financeiro através de previsão quista em orçamento para contratação, tanto da mão de obra como dos equipamentos supracitados. À saber, tais serviços tem como base orçamentária a contratação dos equipamentos e mão de obra por hora, (Horistas).

Os marcos ou testemunhas determinadas pela Fiscalização serão mantidos no decorrer da obra, sendo de responsabilidade da Contratada sua conservação.



7. SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA

Será utilizada cerca protetora de borda de vala, com tela plástica na cor laranja ou amarela, considerando uma vez de utilização, inclusive apoios e retirada da mesma, para serviço de rede de drenagem pluvial, entre outros que se fizerem necessário, medidos de acordo com os quantitativos apropriados em campo.

Placa de sinalização preventiva em chapa de aço nº 16 para obra na via pública, compreendendo fornecimento e pintura refletiva da placa e dos suportes de madeira. Fornecimento e colocação, para serviço de rede de drenagem pluvial, pavimentação e urbanização, de acordo com os quantitativos constantes da planilha de orçamento.

Chapa de aço carbono comum de 3/8", para passagem de veículos, sobre valas em travessias, compreendendo colocação, uso e retirada, medida pela área de chapa, em cada aplicação inclusive mobilização, transporte, carga e descarga, para serviço de rede de drenagem pluvial, pavimentação e urbanização, medidos de acordo com os quantitativos apropriados em campo.

8. REDE DE DRENAGEM

A rede de drenagem adotada para esta intervenção funcionará através de dois seguimentos: Captação com trecho canalizado e captação com trecho superficial.

A captação superficial: Terá seu início no ponto de maior atividade quisto na faixa de rolamento referendada pelas coordenadas: 22°44'36.73" S – 43°33'54.33", tendo sua finalização entre as estacas 9 e 10 quistas no projeto de pavimentação, altura essa referendada pelas coordenadas: 22°44'32.00" S – 43°33'57.00".

A drenagem superficial em via pavimentada tem sua confecção realizada através de demarcação topográfica minuciosa realizada através de aparelhos topográficos que garantem o caimento adequado para o escoamento das águas pluviais até o seu destino



final, à saber, o trecho canalizado cujo qual contemplam as caixas ralo que serão implementadas a partir do trecho em que se finaliza o trecho de drenagem superficial.

Captação canalizada: A rede de drenagem adotada para captação das águas pluviais quistas no escopo desta intervenção será dotada de tubos de concreto armado classe PA-1, nos diâmetros de Ø400mm, Ø500mm e Ø600mm, que tem por finalidade a condução das águas pluviais até seu ponto de deságue.

Serão executados 07 (sete) Poços de visita (PV) com medidas internas de 1,20m x 1,20m que tem por finalidade o recebimento das águas pluviais advindas dos ramais de ralo, bem como ser a confecção designada para manutenção da rede implantada através do tampão de ferro fundido que será alocado na parte superior do poço de visita fazendo uso de anéis de concreto armado, quando necessário, para alcance do grade acabado da via a qual está sendo implementada a rede de drenagem bem como para dar acabamento e fechamento com tampão de ferro fundido.

Os ramais de ralo serão executados com tubo de concreto armado classe PA-1, diâmetro de Ø400mm e terão por finalidade o direcionamento das águas pluviais que serão coletadas através das caixas ralos, ligando-as diretamente até o poço de visita.

Caixas ralo serão implantadas no bordo da caixa de rua, sendo uma em cada extremidade do bordo onde tiver a implantação de um poço de visita. Terão por finalidade a captação das águas pluviais e conexão com os ramais de ralo que conduziram a captação até o poço de visita.

A área de intervenção quista neste escopo tem como característica ser de predominância rural, e com baixo índice demográfico. Possui em seu entorno vasta área verde e regiões contempladas por bacias hidrográficas, à saber mangues, sumidouros naturais e alagados cujo qual é o destino final de deságue para rede de drenagem proposta nesta intervenção.

Tal direcionamento do deságue da rede quista nesta intervenção atrelada as características existentes no local da intervenção determinam que a rede de drenagem à ser executada é do tipo **ARREICA**.

Características da drenagem Arreica:

- **A água desaparece por evaporação ou por infiltração no solo**
- **Não há uma direção certa para o escoamento**
- **As bacias hidrográficas não possuem uma estruturação**



- A precipitação é negligenciável
- A atividade eólica nas dunas é intensa

De tais características salienta-se as 3 primeiras como parte da caracterização da região que engloba o escopo dessa intervenção.

8.1.TUBOS E GALERIAS

Os tubos e as galerias serão de concreto armado classe PA-1, confeccionados em formas metálicas, sendo o concreto compactado por intensa vibração ou por centrifugação. É indispensável à dosagem racional, com o controle do fator água-cimento, para garantia da resistência e impermeabilidade.

O tamanho das maiores partículas do agregado graúdo não deve ser superior a 1/3 da espessura da parede. A cura, terminada a confecção, é da maior importância.

Os tubos terão diâmetro interno mínimo de 0,40m e as juntas serão feitas com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4.

Serão obedecidas as demais especificações exigidas pelo órgão específico do município correspondente e as ABNT NBR 8890, que fixa as características exigíveis dos Tubos de Concreto, a serem empregados nas canalizações de águas pluviais.

Serão ainda obedecidos os métodos da ABNT, para os seguintes ensaios em tubos de concreto:

- Ensaio de Compressão Diametral
- Ensaio de Absorção de Água
- Ensaio de Permeabilidade

a) Escavação

Antes da escavação deverão ser definidos e mantidos acessos alternativos, evitando-se total obstrução de passagem de pedestres e de veículos;

Marcação de linha de centro da vala com guia de areia ou pó de pedra;



Prefeitura de Queimados
Secretaria Municipal de Obras - SEMOB

Colocação de gabarito feita pelo carpinteiro e locação acompanhados pelo encarregado;

Escavação mecânica com escavadeira hidráulica ou manual para baixas profundidades e diâmetro;

Acerto manual caso necessário.

b) Nivelamento

Embasamento da vala – conferência da cota de fundo em relação ao gabarito;

Verificação da capacidade de suporte do fundo da vala pelo encarregado;

Remoção de solo de má qualidade e reforço com material adequado.

Acerto manual do fundo da vala e compactação da lateral da vala com compactador mecânico.

c) Assentamento da tubulação

O assentamento da tubulação deverá seguir paralelamente a abertura da vala;

Descida dos tubos na vala executados com equipamento apropriado com cuidado para não danificar os tubos;

Assentamento da tubulação;

Calçar os tubos para alinhá-los, caso seja necessário, com pó de pedra, nunca com pedras;

Cada vez que for interrompido o serviço de assentamento, tampar as extremidades do trecho interrompido a fim de evitar a entrada de corpos estranhos;

Rejuntamento externo e interno dos tubos com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

d) Rejuntamento e conexão com P.V.

Rejuntamento dos tubos com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

e) Reaterro

O reaterro só poderá ser executado depois que o assentamento da tubulação for aprovado pela fiscalização responsável na obra.



O recobrimento deverá ser feito alternadamente de ambos os lados do tubo até sua geratriz superior, evitando-se o deslocamento do mesmo e danos nas juntas e acima deste ponto, em camadas máximas de 30 cm de altura. O material a ser utilizado, até 30 cm da geratriz superior do tubo, não deverá conter pedras ou outros materiais que possam afetar os tubos;

O reaterro deverá ser feito com saibro ou material da própria vala, desde que seja de boa qualidade.

f) Compactação

A compactação deverá ser executada com compactadores mecânicos tipo “Sapo Mecânico” ou manual em camadas máximas de 20 cm.

Serão admitidas tolerâncias da cota do tubo em relação à cota do gabarito, desde que não afetem a declividade mínima de projeto. Os demais aspectos dos serviços serão aceitos se não houver falhas.

8.2. POÇOS DE VISITAS

a) Locação e escavação

Escavação mecânica, quando necessário contenção da cava e acerto manual;

b) Regularização e embasamento

Embasamento da vala – conferência da cota de fundo em relação ao gabarito;

Verificação da capacidade de suporte do fundo da vala pelo encarregado;

Remoção de solo de má qualidade e reforço com material de boa qualidade.

Acerto manual do fundo do PV;

Confecção de laje de fundo.

d) Execução das paredes dos PV's

Serão executados em anéis de concreto pré-moldado com diâmetro interno de 1,20m e uma profundidade média 1,60m a depender da variável topográfica para cada PV.



Os PV's deverão estar alinhados, aprumados e no esquadro;

e) Assentamento da tubulação do ramal

Posicionamento dos tubos executados com retro-escavadeira ou manual;

Assentamento da tubulação.

f) Colocação das lajes

Montagem com equipamento adequado.

g) Execução dos Ramais

Colocação de argamassa na metade inferior interna do tubo;

Colocação de argamassa na metade superior externa do tubo.

h) Reaterro

Deverá ser feito alternadamente de ambos os lados do tubo, evitando-se o deslocamento do mesmo e danos nas juntas. O material a ser utilizado, até 30 cm da geratriz, não deverá conter pedras ou outros materiais que possam afetar os tubos.

i) Compactação

A compactação deverá ser executada com compactadores mecânicos tipo "Sapo Mecânico" e/ou manual.

Serão admitidas tolerâncias da cota do tubo em relação à cota do gabarito, desde que não afetem a declividade mínima de projeto. Os demais aspectos dos serviços serão aceitos se não houver falhas.

8.3.CAIXAS COLETORAS

Serão confeccionadas em elementos pré-moldados em concreto.

- Após execução da escavação e, caso seja necessário, da contenção da cava, preparar o fundo com lastro de pó de pedra ou areia;



- Sobre o lastro, posicionar a caixa pré-moldada com equipamento adequado, executar o assentamento das peças com argamassa traço 1:4

- Por fim, posicionamento do quadro da grelha, assentá-lo com argamassa e colocar a grelha.

Serão dotados de grelhas em concreto pré-moldado com dimensões internas 0,6x1,0x1,0.

- Serão dotados de grelhas completas articuladas, de ferro fundido 135 kg.

- O fundo das caixas deverá ser em concreto simples 1:2:3 com espessura de 10cm. Os blocos deverão ser assentados sobre o fundo de concreto.

- As faces internas das paredes deverão ser revestidas com argamassa de cimento e areia 1:4. As grelhas deverão ser fixadas sobre as caixas, sendo que a parte externa deverá ficar 4cm abaixo do nível da pavimentação.

8.4.COMPLEMENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM

Para garantia de boa execução, segurança e qualidade na implantação dos serviços que norteiam esse sistema serão adotados os seguintes serviços:

- Escoramento de vala: Tem por finalidade a previsão e contenção de possíveis desmoronamentos ocasionados pela escavação que será executada para implementação da rede, garantindo assim a autonomia e segurança do profissional que porventura possa estar na região que abrange a escavação.

Será do tipo descontínuo, do tipo metálico. Com profundidade de 3,00m a 4,50m e largura igual ou maior a 1,50m e menor que 2,50m. Será utilizado a partir do momento em que as escavações alcançarem uma profundidade maior que 1,50m.

- Esgotamento de vala: Utilizado para escoamento provenientes de tubos de água que podem ser rompidos durante o processo de escavação, minas de água ou lençóis



freáticos no local escavado. Será executada com bomba submersível, e será de total responsabilidade da empresa responsável pela execução dos serviços.

Os demais serviços que dão seguimento para execução plena desse sistema são considerados serviços de apoio aos quistos acima neste memorial e que outrora já foram citados à saber: escavação, preparo de fundo de vala, reaterro, carga e transporte dos materiais que agrupados configuram-se como movimentação de terra.

9. PAVIMENTAÇÃO

9.1. REGULARIZAÇÃO DE TERRENO

A Caixa de rua adotada para esta intervenção é de 5,00m acabado, e receberá uma camada de CBUQ com 0,05m de espessura.

Considerando a faixa de rolamento (caixa de rua) mais a confecção do meio-fio e sarjeta, que somando-se os dois lados chega a 0,90m (0,15m de espessura do meio fio, mais 0,30m de espessura da sarjeta vezes os dois lados da rua) totaliza -se uma largura total de 5,90m para execução de regularização do leito.

Este serviço tem como primícia preparar A grade do terreno para posteriormente ser implementada a execução de base e sub-base.

a) Limpeza

Efetuada mecanicamente e/ou com apoio manual e verificação da equipe topográfica.

b) Reparos de tubulação de PVC (Água e/ou Esgoto)

Efetuada manualmente, sempre que houver necessidade.

c) Regularização do terreno

Efetuada mecanicamente com retroescavadeira em logradouros estreitos, normalmente com motoniveladora.

Caso haja necessidade, será efetuada remoção e troca do solo.



Serão admitidas tolerâncias de $\pm 1,5$ cm das cotas da plataforma em relação às cotas do projeto.

Os demais aspectos dos serviços, inspecionados visualmente, serão aceitos se não houver falhas.

9.2. EXECUÇÃO DE BASE E SUB-BASE

As camadas de sub-base e base serão executadas com agregados oriundos de jazidas/ postos de pedreiras, a saber pó de pedra e brita corrida graduada simples.

Para execução de sub-base será utilizado pó de pedra, com espessura de 0,15m.

Para execução da base será utilizada brita graduada simples, com espessura de 0,10m.

A Caixa de rua adotada para esta intervenção é de 5,00m acabado, com a base e sub-base abrangendo preparo para execução da faixa de rolamento.

só podem ser executadas quando a camada subjacente estiver liberada, quanto aos requisitos de aceitação de materiais e execução.

A superfície deve estar perfeitamente limpa, desempenada e sem excessos de umidade antes da execução da sub-base ou base.

Durante todo o tempo de execução da sub-base ou base, os materiais e os serviços devem ser protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los.

O material deve ser transportado em caminhões basculantes, protegidos com lonas para que o material não perca umidade e nem receba água de chuva.

A mistura deve ser distribuída mantendo a espessura regular e uniforme, sem ocorrência de segregação, em toda a largura da plataforma, de forma tal que, após a compactação, sua espessura deve obedecer ao estabelecido em projeto.



Na fase inicial da obra, devem ser executados segmentos experimentais, com formas diferenciadas de execução, na sequência operacional de utilização dos equipamentos de modo a definir os procedimentos a serem obedecidos nos serviços de compactação. Deve-se estabelecer o número de passadas necessárias dos equipamentos de compactação para atingir o grau de compactação especificado.

Deve ser realizada nova determinação sempre que houver variação no material ou do equipamento empregado.

Nos trechos em tangente, a compactação deve ser executada das bordas para o centro, em percursos equidistantes da linha base, eixo. Os percursos ou passadas do equipamento utilizado devem distar entre si de forma tal que, em cada percurso, seja coberta metade da faixa coberta no percurso anterior.

Nos trechos em curva, havendo sobrelevação, a compactação deve progredir da borda mais baixa para a mais alta, com percursos análogos aos descritos para os trechos em tangente.

Nas partes adjacentes ao início e ao fim da sub-base ou base em construção, a compactação deve ser executada transversalmente à linha base, eixo. Nas partes inacessíveis aos rolos compactadores, assim como nas partes em que seu uso não for desejável, tais como cabeceira de obras de arte, a compactação deve ser executada com compactadores portáteis, manuais ou mecânicos.

Durante a compactação, se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada mediante emprego de carro tanque irrigador de água. Esta operação é recomendada sempre que o teor de umidade estiver abaixo do limite inferior do intervalo de umidade admitido para a compactação.

As operações de compactação devem prosseguir em toda a espessura da sub-base ou base, até que se atinja grau de compactação mínimo de 100% em relação à massa específica máxima, na energia de compactação definida em projeto.



O acabamento deve ser executado pela ação conjunta de motoniveladora e de rolos de pneus de rodas lisa.

A motoniveladora deve atuar, quando necessário, exclusivamente em operação de corte, sendo vetada a correção de depressões por adição de material.

O controle de execução das camadas será realizado através dos seguintes ensaios e verificações:

- a) determinação da massa específica aparente seca máxima e umidade ótima de compactação;
- b) determinação do teor de umidade para liberação da compactação;
- c) determinação do teor de umidade e da massa específica aparente seca "in situ" e respectivo grau de compactação da camada.

A espessura da camada e as diferenças de cotas devem ser determinadas pelo nivelamento da seção transversal, a cada 20 m, conforme nota de serviço.

A relocação e o nivelamento do eixo e das bordas devem ser executados a cada 20 m; devem ser nivelados os pontos no eixo, bordas e dois pontos intermediários.

A verificação do eixo e das bordas deve ser feita durante os trabalhos de locação e nivelamento, nas diversas seções correspondentes às estacas da locação.

O acabamento da superfície dos diversos segmentos concluídos deve ser verificado pela topografia, nas diversas seções correspondentes às estacas da locação.

Serão adotados os seguintes critérios para aceitação:

- a) Inspeção Dimensional – tolerância de $\pm 1,0$ cm na espessura das camadas, ± 1 cm no alinhamento dos bordos e ± 1 cm no nivelamento.
- b) Testes de Análises Laboratoriais – tolerância variável em função do tipo de ensaio, em conformidade com as especificações de projeto.
- "c) Serão admitidas tolerâncias de $\pm 1,5$ cm das cotas da base em relação às cotas de projeto.



Os demais aspectos dos serviços, inspecionados visualmente, serão aceitos se não houver falhas."

9.3. MEIO-FIO

O meio fio de concreto a ser executado será moldado "in loco" com o auxílio de extrusora.

O mesmo será em concreto simples $f_{ck}=15\text{mpa}$, medindo 0,45m (sendo 0,15m base de meio-fio e 0,30m a sarjeta) e com altura de 0,22m.

Para acabamento será executada nata de concreto executada com cimento e água, cuja qual será aplicada após a execução do meio-fio.

Os processos para execução do meio-fio serão:

a) Locação

Alinhamento do meio-fio.

b) Preparo da base de apoio

Execução da camada de apoio até a cota de assentamento do meio-fio.

c) Execução de meio-fio

Operação normal do equipamento;

Pré-montagem e posicionamento do meio-fio (após cura) em locais inacessíveis à máquina.

d) Corte dos acessos para veículos / deficientes físicos

Conferência dos locais;

Corte e remoção do material excedente.

e) Marcação dos frisos de dilatação

Execução dos frisos a cada 2 m.

f) Arremate superficial

Execução em argamassa.



Nos casos de reposição de meio-fio pré-moldado o mesmo será em concreto simples $f_{ck}=15\text{mpa}$, medindo 0,15m na base e com altura de 0,30m e rejuntamento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3,5.

Serão admitidas tolerâncias de $\pm 2\text{mm}$ em relação à seção do meio-fio e $\pm 1\%$ em relação ao alinhamento. Os demais aspectos dos serviços serão aceitos se não houver falhas.

9.4. IMPRIMAÇÃO DE BASE

Para imprimação, cuja qual terá uma faixa de execução que contempla uma extensão de 343,84m e uma caixa de rua de 4,40m, será utilizada emulsão asfáltica RR-1C que deverá ser fornecido através de caminhão espargidor de asfalto com pressurizador e mangote para aplicação.

Antes da aplicação da imprimação asfáltica deve-se proceder à limpeza da superfície, que pode ser executada com emprego de vassouras mecânicas rotativas ou manuais, jato de ar comprimido, sopradores de ar ou, se necessário lavagem. Devem ser removidos todos os materiais soltos e nocivos encontrados sobre a superfície da camada.

O material asfáltico não deve ser distribuído com temperatura ambiente abaixo de 10°C , em dias de chuva ou sob o risco de chuva.

A imprimação deve ser aplicada em uma vez, em toda a largura da faixa a ser pavimentada. Durante a aplicação, devem ser evitados e corrigidos imediatamente o excedente ou a falta do material asfáltico.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível fechada ao tráfego. Quando isto não for possível, deve-se trabalhar em meia pista, executando a imprimação da adjacente assim que a primeira for liberada ao tráfego



"Após a aplicação, o material asfáltico deve permanecer em repouso até que se verifiquem as condições ideais de penetração e cura, de acordo com a natureza e tipo do material asfáltico empregado.

Deve-se evitar o emprego de pedrisco ou areia, com a finalidade de permitir o tráfego sobre a superfície imprimada, não curada."

todos os materiais soltos e nocivos encontrados sobre a superfície da camada.

Na aplicação, deve-se distribuir uniformemente a emulsão. Caso haja acúmulo do produto, deve-se remover o excesso da superfície tratada, de forma a se evitar o escorregamento ou ondulação da capa nova.

9.5. APLICAÇÃO DE CBUQ

O CBUQ adotado para aplicação será faixa C, com CAP 30/45 – Padrão DNIT. Contempla uma extensão de 343,84m e uma caixa de rua de 4,40m e será executado com a espessura de 0,05m.

A faixa de rolamento que receberá a aplicação do CBUQ possui uma largura de 4,40m.

A temperatura da massa deve ser medida diretamente no caminhão, imediatamente antes da aplicação, a fim de verificar se satisfaz ao intervalo de temperatura definido para aplicação.

A aplicação da mistura de concreto asfáltico requer determinados preceitos para que bons resultados sejam alcançados na fase executiva.

A base deverá estar imprimada corretamente, não devendo apresentar crateras ou depressões, livre de poeira e partículas soltas.

Antes do início do espalhamento deve-se verificar o perfeito funcionamento dos equipamentos, sendo eles:



1. Distribuidora de Asfalto (acabadora)

Regulagem da velocidade das esteiras transportadoras de massa do receptáculo até os parafusos sem fim;

Ajustamento dos portões para controlar o fluxo da massa;

Verificação da eficiência da unidade de acabamento - vibradores, controles de espessura, mesa alisadora e dispositivo de aquecimento.

2. Rolos Compactadores

Peso do rolo compatível com a espessura;

Verificar o estado dos pneus;

Funcionamento do dispositivo regulador da pressão;

Uniformidade dos freios sobre as rodas;

Funcionamento do dispositivo regulador de água nos rolos de aço.

A correção da superfície acabada só deve ser feita quando realmente for necessário. Deve-se evitar ao máximo o uso excessivo de rastelo.

A rolagem deve ter início imediatamente após o espalhamento, estando a temperatura condicionada à natureza da massa e ao peso do rolo. Temperatura muito alta ou baixa em excesso conduzem ao aparecimento de trincas e ondulações."

Evitar mudanças de direção e inversões bruscas de marchas.

Untar os pneus com óleo queimado, devendo essa operação ser feita no início da rolagem, não devendo haver exagero.

Não permitir o estacionamento do rolo sobre a massa recém-compactada."

Verificações realizadas pelo laboratório:

Taxa de aplicação do ligante – A taxa deverá estar compreendida conforme especificação.



Grau de compactação do asfalto – O grau da massa asfáltica deve estar compreendido a no mínimo 97% do exigido.

9.6. PASSEIOS PÚBLICOS E RAMPA DE ACESSIBILIDADE

O passeio deverá ser executado em concreto fck 15 Mpa, espessura de 6,0cm com largura total de 1,20 m.

Quando da área em concreto:

Execução das formas;

Corte das placas ou tábuas e preparação dos painéis;

Fixação dos painéis nas dimensões de projeto;

Travamento e escoramento das formas;

Limpeza e vedação.

Concretagem:

Dosagem dos materiais;

Mistura dos materiais;

Lançamento nas formas;

Adensamento;

Cura (aplicável a canaletas e outras estruturas planas e horizontais);

Cobertura da peça com material isolante;

Umedecimento duas vezes ao dia no período de 3 à 7 dias.

Serão adotados os seguintes critérios de aceite:

a) Inspeções Visuais – não serão admitidas falhas nos aspectos a serem observados por meio das inspeções visuais;



b) Locação e dimensões das formas – tolerância de $\pm 1 \%$ em relação às cotas de projeto;

c) Teste de Abatimento – conforme especificado no traço.

d) Análises laboratoriais – a resistência característica será determinada pelas fórmulas prescritas na Norma Brasileira NBR 6118.

Quando da área com intertravado

Regularização

Nivelamento e 23idirec manual

Compactação:

Compactação com placa vibratória.

Execução do Colchão

Espalhamento do colchão feito com pó de pedra;

Assentamento

Após regularização do colchão e nivelamento das cotas, assenta-se manualmente as peças.

Serão adotados os seguintes critérios de aceite:

a) Inspeções Visuais – não serão admitidas falhas nos aspectos observados nas inspeções visuais;

b) Inspeção Dimensional – Tolerância de + 3 cm no nivelamento, de ± 10 cm no alinhamento e distância entre bordas e de + 3 cm no abaulamento. Espessura do colchão ± 10 cm.

Quando do piso tátil direcional e alerta:

A sinalização tátil no piso pode ser do tipo de alerta e/ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente, atendendo às seguintes condições:

- Quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado.



- Ter textura com seção trapezoidal, qualquer que seja o piso adjacente;
- ser instalada no sentido do deslocamento;
- ser cromo diferenciada em relação ao piso adjacente;
- a modulação do piso deve garantir a continuidade de textura e o padrão de informação;
- Quando integradas, não deve haver desnível.

Quanto às Rampas de acesso:

Para acessibilidade e ergonomia a intervenção contempla rampas de acessibilidade distribuídas ao longo da via, com dimensões e inclinações elaboradas de acordo com as normativas de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050:2020. Largura padrão de 1,20m sendo a largura mínima de 0,90m em casos especiais, cujos quais devem ser justificados pela empresa responsável pela execução, e tendo anuência e autorização do corpo de fiscalização responsável.

As calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo, e sempre que houver foco de pedestres. Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.

Os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo de pedestres. A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33%.

9.7. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

A abrangência deste serviço será composta de três conjuntos de sinalização: direcionais, símbolos e textos.

As sinalizações direcionais: Serão compostas por pintura de eixo viário nas vias pavimentadas, executadas com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com largura de 0,10m na cor laranja.



E por pintura de bordo viário nas vias pavimentadas, executadas com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com largura de 0,10m na cor branca.

As sinalizações por símbolos: Serão compostos por faixa de pedestre e faixa de retenção, sendo elas executada com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com microesfera de vidro com aplicação manual.

A faixa de pedestre terá 4,00m de comprimento e 0,40m de largura por faixa.

A linha de retenção terá 2,50m de comprimento e 0,40m de largura. E serão aplicadas acima da faixa de pedestre para delimitação de parada dos veículos.

A sinalização de texto: Será composta pela pintura "PARE" complementada por faixa de retenção, cujas quais serão executadas com tinta acrílica e terão sua demarcação feita através de fita adesiva. A aplicação da tinta será através de rolo.

Previamente à execução do serviço de sinalização horizontal deve ser executada a pré-marcação de pintura que consiste no alinhamento dos pontos locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material, conforme indicado em projeto.

Quando a simples varredura e/ou o jato de ar comprimido não forem suficientes para remover todos os descritos, óleos ou elementos estranhos, a superfície deve ser escovada e lavada

Deve ser feita a regulação da pressão e da altura da pistola da máquina automotriz de forma a se obter a largura e espessura das marcas padronizadas e indicadas em projeto.

As faixas longitudinais de sinalização são feitas pela aplicação da tinta por máquina automotriz, provida de pistolas e misturadores mecânicos para os materiais (tinta e microesferas de vidro).



Já as pinturas de legendas e outras inscrições são feitas pela aplicação da tinta através de pistolas manuais, normalmente com auxílio de gabaritos.

Os serviços de sinalização horizontal serão aceitos, se:

- a) A execução dos serviços tenha obedecido as especificações de projeto.
- b) O acabamento for julgado satisfatório.
- c) As dimensões das marcas executadas (extensão e largura) não diferirem em mais de 5% das dimensões das marcas de projeto.
- d) Não se admitirá trechos do corpo do dispositivo (taxas reflexivas) em balanço.

A sinalização vertical, à saber, implantação de placas de sinalização, são de atribuição e responsabilidade da secretaria de trânsito do município de Queimados, e serão executados posteriormente a execução desta intervenção obedecendo os parâmetros e atendendo as necessidades que acreditam ser necessárias para atender a área.

Sinalização vertical

A sinalização vertical (apuração de necessidade, projetos e execução) são de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Trânsito. A elaboração desses projetos ocorre após a conclusão da obra, momento em que é realizado um levantamento detalhado e uma apuração minuciosa das necessidades específicas de sinalização para o local.

Esse procedimento garante que a sinalização seja adequada às condições reais da via, promovendo a segurança e a eficiência do trânsito. A Secretaria de Trânsito realiza a análise técnica, identificando pontos críticos e definindo a melhor localização e tipo de sinalização vertical a ser instalada, sempre alinhada às normas e regulamentos vigentes.

Dessa forma, a implementação da sinalização vertical é um procedimento planejado e executado de forma a atender às demandas específicas de cada obra, contribuindo para a organização do trânsito e a segurança de todos os usuários das vias públicas.



10. ENTREGA DOS SERVIÇOS

Para o pedido de Aceitação Provisória, os serviços deverão estar totalmente concluídos, toda área limpa e livres de entulhos e restos de material.

Antes do pedido de aceitação provisória, a Contratada será responsável tanto pela elaboração, quanto pela obtenção de aprovação dos cadastros das redes de infraestrutura nos órgãos públicos competentes, bem como da planta de urbanização com todas as alterações que possam ter ocorrido no decorrer da obra.

Queimados, 24 de março de 2026.

Técnico Responsável: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

MÊS/AMP REF.:		fev-26
VALOR DA OBRA:	R\$	668.380,79
PRAZO DA OBRA:		60 dias

						BDI		23,38%	
ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO			
						PR UNIT	PR. UNIT. COM BDI	PARCIAL COM BDI	
A			ADMINISTRAÇÃO					R\$	55.269,00
1	PMQ	COMP. 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00	R\$	447,96	R\$	552,69
B			CANTEIRO DE OBRAS					R\$	54.559,14
2	PMQ	COMP. 002	LOCAÇÃO DE CONTAINER	VB	100,00	R\$	68,33	R\$	84,31
3	EMOP	02.015.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVACAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	2,00	R\$	5.022,23	R\$	6.196,43
4	EMOP	02.016.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA,EM BAIXA TENSAO PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A,CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	2,00	R\$	2.728,83	R\$	3.366,83
5	EMOP	04.005.0300-0	TRANSPORTE DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006,EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.013.0015)	UNXKM	242,60	R\$	35,31	R\$	43,57
6	SINAPI	105115	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO MECANIZADA DE CONTÊINER OU MÓDULO HABITÁVEL DE USOS DIVERSOS. AF 03/2024	UN	2,00	R\$	168,57	R\$	207,98
7	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF 03/2024	M2	131,20	R\$	98,94	R\$	122,07
C			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$	7.855,52
8	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022_PS	M2	12,00	R\$	481,24	R\$	593,75
9	PMQ	COMP. 04	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA	H	14,00	R\$	42,29	R\$	52,18
D			SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA					R\$	4.879,53
10	PMQ	COMP.05	PLACA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	M2	3,00	R\$	924,00	R\$	1.140,03
11	INSUMO SINAPI	1332	CHAPA DE ACO GROSSA, ASTM A36, E = 3/8" (9,53 MM) 74,69 KG/M2	KG	149,38	R\$	7,92	R\$	9,77
E			DRENAGEM					R\$	158.248,78
12	INSUMO SINAPI	37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	158,00	R\$	2,50	R\$	3,08
13	SINAPI	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	196,44	R\$	11,22	R\$	13,84
14	SINAPI	90084	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARGURA ATÉ 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	0,36	R\$	10,87	R\$	13,41
15	SINAPI	101581	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 3,0 A 4,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M2	18,60	R\$	54,92	R\$	67,76
16	SINAPI	104482	ESGOTAMENTO DE VALA COM BOMBA SUBMERSÍVEL. AF 12/2022	H	252,00	R\$	41,90	R\$	51,70
17	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF 09/2024	M3	10,08	R\$	127,05	R\$	156,75
18	SINAPI	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF 01/2026	M3	17,59	R\$	364,95	R\$	450,28
19	SINAPI	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	138,39	R\$	15,94	R\$	19,67
20	SINAPI	100992	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	643,96	R\$	5,93	R\$	7,32
21	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	14.395,39	R\$	1,47	R\$	1,81
22	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	159,00	R\$	197,11	R\$	243,19
23	SINAPI	92211	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	35,00	R\$	239,71	R\$	295,75
24	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	6,00	R\$	365,48	R\$	450,93
25	SINAPI	102457	BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, PROFUNDIDADE = 1,60 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF 05/2021	UN	7,00	R\$	1.979,79	R\$	2.442,66
26	SINAPI	98114	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF 12/2020	UN	7,00	R\$	648,25	R\$	799,81
27	SINAPI	97933	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,0 M. AF 12/2020	UN	14,00	R\$	1.351,02	R\$	1.666,89
F			PAVIMENTAÇÃO					R\$	371.301,45
28	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF 09/2024	M2	2.028,66	R\$	3,38	R\$	4,17
29	INSUMO SINAPI	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	257,88	R\$	120,27	R\$	148,39
30	SINAPI	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	257,88	R\$	7,62	R\$	9,40
31	SINAPI	105727	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESURA DE 10 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	171,92	R\$	224,61	R\$	277,12
32	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	687,68	R\$	65,71	R\$	81,07
33	SINAPI	94993	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM, ARMADO. AF 08/2022	M2	825,22	R\$	75,33	R\$	92,94
34	PMQ	COMP.003	IMPRIMAÇÃO	M2	1.512,90	R\$	1,63	R\$	2,01



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

MÊS/AMP REF.:		fev-26
VALOR DA OBRA:	R\$	668.380,79
PRAZO DA OBRA:		60 dias

BDI								23,38%
ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO		
						PR UNIT	PR. UNIT. COM BDI	PARCIAL COM BDI
35	INSUMO SINAPI	34770	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 30/45 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	173,97	R\$ 637,57	R\$ 786,63	R\$ 136.850,02
36	EMOP	04.018.0020-1	RECEBIMENTO DE CARGA, DESCARGA E MANOBRA DE CAMINHÃO BASCULANTE DE 8,00M3 OU 12T	T	173,97	R\$ 1,02	R\$ 1,26	R\$ 219,20
37	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	1.078,61	R\$ 1,47	R\$ 1,81	R\$ 1.952,28
G			SINALIZAÇÃO VIÁRIA				R\$	16.267,37
38	SINAPI	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	1.031,52	R\$ 7,94	R\$ 9,80	R\$ 10.108,90
39	SINAPI	102513	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	M2	2,05	R\$ 65,64	R\$ 80,99	R\$ 166,03
40	SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	25,92	R\$ 187,38	R\$ 231,19	R\$ 5.992,44
SUBTOTAL GERAL DA OBRA								R\$ 668.380,79

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS

Objeto: Obras de Drenagem e Pavimentação em vias no Município de Queimados - RJ

Item	Banco	Código	Unid.	Valor Unit.
------	-------	--------	-------	-------------

A	ADMINISTRAÇÃO				
1	PMQ	COMP. 01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	VB	447,96

SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$	145,84	R\$	10.500,48
	Dias		Horas		Período		Total
	6 und.	x	6,00 h	x	2,00 meses	=	72,00 h
SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$	59,26	R\$	13.274,24
	Dias		Horas		Período		Total
	14 und.	x	8,00 h	x	2,00 meses	=	224,00 h
SINAPI	100289	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$	34,34	R\$	5.769,12
	Dias		Horas		Período		Total
	7 und.	x	12,00 h	x	2,00 meses	=	168,00 h
SINAPI	90766	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$	43,33	R\$	15.252,16
	Dias		Horas		Período		Total
	22 und.	x	8,00 h	x	2,00 meses	=	352,00 h

TOTAL = R\$ 44.796,00

para fins de medição, adota-se como quantitaivo 100 UR

logo, adota-se preço unitário = R\$ 44.796,00 \ 100 = **R\$ 447,96**

B	CANTEIRO DE OBRAS				
2	INSUMO SINAPI	COMP. 02	LOCAÇÃO DE CONTAINER	MÊS	68,33

			qnt.	meses	Unit.	total
INSUMO SINAPI	10775	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	1	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
INSUMO SINAPI	10777	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	1	2	R\$ 1.816,66	R\$ 3.633,32
TOTAL					R\$	6.833,32

para fins de medição, adota-se como quantitaivo 100 UR

logo, adota-se preço unitário = R\$ 6.833,32 \ 100 = **R\$ 68,33**

C	SERVIÇOS PRELIMINARES						
9	PMQ	COMP. 04	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA			H	42,29
				qnt.	Unit.	total	
INSUMO SINAPI 7247 LOCAÇAO DE TEODOLITO ELETRONICO, PRECISAO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE				1 H	R\$ 2,48	R\$ 2,48	
INSUMO SINAPI 7592 TOPOGRAFO (HORISTA)				1 H	R\$ 27,47	R\$ 27,47	
INSUMO SINAPI 244 AUXILIAR DE TOPOGRAFO (HORISTA)				1 H	R\$ 12,34	R\$ 12,34	
D	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA						
6	PMQ	COMP.05	PLACA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA			M2	924,00
				qnt.	Unit.	total	
INSUMO SINAPI 34723 PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA				1 M²	R\$ 924,00	R\$ 924,00	
E	PAVIMENTAÇÃO						
34	PMQ	COMP. 03	IMPRIMAÇÃO			M2	1,63
Tabela ANP - PREÇO MENSAL PONDERADO - RIO DE JANEIRO				0,55 KG	R\$ 2,19533	R\$ 1,21	
EMULSÕES ASFÁTICAS RR- 1C							
SINAPI 88316 SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				0,0028 H	R\$ 32,12	R\$ 0,09	
SINAPI 96155 TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHI DIURNO. AF_02/2017				0,00016 H	R\$ 65,66	R\$ 0,01	
SINAPI 96157 TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHP DIURNO. AF_03/2017				0,00031 H	R\$ 153,04	R\$ 0,05	
SINAPI 83362 ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3.60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHP DIURNO. AF_05/2023				0,00047 H	R\$ 304,45	R\$ 0,14	
SINAPI 7030 TANQUE DE ASFALTO ESTACIONÁRIO COM SERPENTINA, CAPACIDADE 30.000 L - CHP DIURNO. AF_05/2023				0,00047 H	R\$ 276,63	R\$ 0,13	



CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM PISTA DE PATINS, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

			DIAS	
Item	Serviços	TOTAL	01-30	31-60
A	ADMINISTRAÇÃO		50,00%	50,00%
		R\$ 55.269,00	27.634,50	27.634,50
B	CANTEIRO DE OBRAS		100,00%	
		R\$ 54.559,14	54.559,14	
C	SERVIÇOS PRELIMINARES		100,00%	
		R\$ 7.855,52	7.855,52	
D	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA		85,00%	15,00%
		R\$ 4.879,53	4.147,60	731,93
E	DRENAGEM		90,00%	10,00%
		R\$ 158.248,78	142.423,90	15.824,88
F	PAVIMENTAÇÃO		15,00%	85,00%
		R\$ 371.301,45	55.695,22	315.606,23
G	SINALIZAÇÃO VIÁRIA			100,00%
		R\$ 16.267,37		16.267,37
TOTAL		R\$ 668.380,79	R\$ 292.315,88	R\$ 376.064,91
ACUMULADO			R\$ 292.315,88	R\$ 668.380,79
% PARCIAL			43,73%	56,27%
% ACUMULADA			43,73%	100,00%



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual de base de	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	5,00%

BDI

Itens	Siglas	Alíquota
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeira	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (Impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o Município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) - Lei /13161/15	CPRB	0,00%
BDI sem Desoneração		23,38%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obras corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para a elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

MÊS/AMP REF.:		fev-26
VALOR DA OBRA:	R\$	-
PRAZO DA OBRA:		60 dias

						BDI 23,38%		
ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO		
						PR UNIT	PR. UNIT. COM BDI	PARCIAL COM BDI
A			ADMINISTRAÇÃO					R\$ -
1	PMQ	COMP. 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00			
B			CANTEIRO DE OBRAS					
2	PMQ	COMP. 002	LOCAÇÃO DE CONTAINER	VB	100,00			
3	EMOP	02.015.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVACAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	2,00			
4	EMOP	02.016.0001-0	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA,EM BAIXA TENSÃO,PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A,CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	2,00			
5	EMOP	04.005.0300-0	TRANSPORTE DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006,EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.013.0015)	UNXKM	242,60			
6	SINAPI	105115	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO MECANIZADA DE CONTÊINER OU MÓDULO HABITÁVEL DE USOS DIVERSOS. AF 03/2024	UN	2,00			
7	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF 03/2024	M2	131,20			
C			SERVIÇOS PRELIMINARES					
8	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	M2	12,00			
9	PMQ	COMP. 04	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA	H	14,00			
D			SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA					
10	PMQ	COMP.05	PLACA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	M2	3,00			
11	INSUMO SINAPI	1332	CHAPA DE ACO GROSSA, ASTM A36, E = 3/8" (9,53 MM) 74,69 KG/M2	KG	149,38			
E			DRENAGEM					
12	INSUMO SINAPI	37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	158,00			
13	SINAPI	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	196,44			
14	SINAPI	90084	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARGURA ATÉ 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	0,36			
15	SINAPI	101581	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 3,0 A 4,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M2	18,60			
16	SINAPI	104482	ESGOTAMENTO DE VALA COM BOMBA SUBMERSÍVEL. AF 12/2022	H	252,00			
17	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF 09/2024	M3	10,08			
18	SINAPI	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF 01/2026	M3	17,59			
19	SINAPI	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	138,39			
20	SINAPI	100992	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	643,96			
21	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	14.395,39			
22	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	159,00			
23	SINAPI	92211	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	35,00			
24	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	6,00			
25	SINAPI	102457	BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, PROFUNDIDADE = 1,60 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF 05/2021	UN	7,00			
26	SINAPI	98114	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF 12/2020	UN	7,00			
27	SINAPI	97933	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,0 M. AF 12/2020	UN	14,00			
F			PAVIMENTAÇÃO					
28	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF 09/2024	M2	2.028,66			
29	INSUMO SINAPI	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	257,88			
30	SINAPI	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	257,88			
31	SINAPI	105727	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 10 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	171,92			
32	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	687,68			
33	SINAPI	94993	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF 08/2022	M2	825,22			
34	PMQ	COMP.003	IMPRIMAÇÃO	M2	1.512,90			



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

MÊS/AMP REF.:		fev-26
VALOR DA OBRA:	R\$	-
PRAZO DA OBRA:		60 dias

						BDI 23,38%		
ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO		
						PR UNIT	PR. UNIT. COM BDI	PARCIAL COM BDI
35	INSUMO SINAPI	34770	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 30/45 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	173,97			
36	EMOP	04.018.0020-1	RECEBIMENTO DE CARGA, DESCARGA E MANOBRA DE CAMINHAO BASCULANTE DE 8,00M3 OU 12T	T	173,97			
37	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	1.078,61			
G			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
38	SINAPI	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	1.031,52			
39	SINAPI	102513	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	M2	2,05			
40	SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	25,92			
SUBTOTAL GERAL DA OBRA						R\$	-	-



CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM PISTA DE PATINS, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Item	Serviços	TOTAL	DIAS	
			01-30	31-60
A	ADMINISTRAÇÃO			
B	CANTEIRO DE OBRAS			
C	SERVIÇOS PRELIMINARES			
D	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA			
E	DRENAGEM			
F	PAVIMENTAÇÃO			
G	SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
TOTAL				
ACUMULADO				
% PARCIAL				
% ACUMULADA				



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI

Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, destinadas ao escoamento produtivo.

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual de base de

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)

BDI

Itens	Siglas	Alíquota
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeira	DF	
Lucro	L	
Tributos (Impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o Município)	ISS	
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) - Lei /13161/15	CPRB	
BDI sem Desoneração		

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obras corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para a elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Anexo IX
Modelo de Declaração de Ausência de Parentesco

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob pena das sanções previstas no artigo 155, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para fins de participação no CERTAME LICITATÓRIO, que os representantes legais da sociedade empresária não têm vínculo de parentesco com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme orientação expressa no Informativo de Licitações e Contratos nº. 149 do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2420/2013 – Primeira Câmara, TC 008.748/2000-9).

Queimados, RJ, ____ de _____ de _____.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ANEXO XI
MODELO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante técnico(a) Sr.(a) _____ registrado (a) no CREA/CAU sob o nº _____, e/ou do(a) seu/sua representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____ DECLARAM abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando o MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal
da empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO XI

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
Processo administrativo nº 8831/2025-E

Instrumento Contratual nº
_____/_____, arquivado no Livro de
Registro de Contratos nº ____/_____,
às fls. _____ a _____.

Contrato administrativo que fazem entre si o MUNICÍPIO DE QUEIMADOS e a empresa _____, referente a Concorrência Eletrônica nº ____/_____, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ.

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.779, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº 39.485.412/0001-02, com sede na Avenida Mário Pati Júnior, nº 164-338, Vila Camarim, Queimados/RJ, CEP 26383-510, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, neste ato representada pela Secretária Municipal _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliada na cidade de _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, CEP: _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por _____, (estado civil) _____, (nacionalidade) _____, (profissão) _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente à Rua _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 8831/2025-E**, e em observância às disposições da Lei 14.133/2021, e Decreto Municipal 2895/2023, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública nº ____/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para Obras de Construção e Manutenção de Estradas Vicinais no Município de Queimados/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme projeto básico e anexos presentes no edital de Concorrência Pública nº ____/_____.
1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 Projeto Básico;
- 1.2.2 O Edital de Concorrência Pública nº ____/2025 e seus anexos;
- 1.2.3 A proposta da contratada;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de até 150 dias contados da Ordem de Início, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O prazo de execução é de aproximadamente 60 dias, a contar da data de Ordem de Início.

3.3 Entender-se-á por conclusão das obras sua realização total e recebimento definitivo do objeto no prazo e após os 90 (noventa) dias referente ao período de conservação para entrega pela CONTRATADA dos locais livres e desimpedidos, em condições de serem utilizados.

3.4 No caso de recebimento provisório da obra, as obrigações contratuais perdurarão até a sua aceitação definitiva.

3.5 O recebimento provisório do objeto ocorrerá mediante apresentação de termo circunstanciado assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.7 Quaisquer modificações no projeto aprovado que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

3.8 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.9 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.9.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.9.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.9.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.9.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

3.9.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.1 Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

4.2 Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº. 14.133/21, e na hipótese de omissão por parte desta lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR

5.1 Dá-se a este contrato o valor global de R\$ _____ (_____), para a execução da obra prevista na Cláusula Primeira e para a totalidade do prazo contida na Cláusula Terceira.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da realização da obra prevista na Cláusula Primeira correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

PROGRAMA DE TRABALHO: _____;
FONTE: _____;
ELEMENTO DE DESPESA: _____;
EMPENHO nº. _____/_____, no valor de R\$ _____ (_____).

6.2 Os recursos relativos ao período subsequente serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

7.1 A obra objeto do presente contrato será executada sob a direção e responsabilidade técnica _____, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU sob o nº. _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7.2 O profissional responsável pela execução da obra deverá apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e serviços de características semelhantes ao objeto deste contrato. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidão ou atestado averbado pelo CREA/CAU, demonstrando sua aptidão por já haver executado atividade pertinente com características semelhantes, limitadas estas, exclusivamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotando-se tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São Obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 9.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 9.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.9 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 9.9.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 9.9.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 9.9.3 laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 9.9.4 carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
 - 9.9.5 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
 - 9.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1 São obrigações da Contratada:
 - 10.1.1 Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta manter controle do prazo de vigência do instrumento contratual;
 - 10.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.
- 10.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
 - 10.1.6.1 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 10.1.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.1.8 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 10.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.1.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 10.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.1.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.1.16 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.1.17 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.1.18 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.
- 10.1.19 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).
- 10.1.20 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.1.21 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.1.22 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.1.23 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 10.1.23.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 10.1.23.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos procedimentos determinados pela resolução, por classe de resíduos.
- 10.1.23.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 10.1.24 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.1.24.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 10.1.24.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152;
- 10.1.25 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 10.1.26 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).
- 10.1.27 No caso de execução de obras:
- 10.1.27.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 10.1.27.1.1 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

10.1.28 A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de colaboradores, profissional de Engenharia Civil, devidamente habilitado pelo sistema CREA/CONFEA, Responsável Técnico pela empresa, com acervo técnico inerente à execução de serviços e/ou obra similar ao Objeto do presente Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEDIÇÃO

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o boletim de medição para fins de pagamento, devendo haver redimensionamento no pagamento, com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar os materiais e os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal, cuja emissão será previamente autorizada pela fiscalização, observadas as orientações constantes do edital.

12.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.

12.3 O pagamento será realizado após a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pela fiscalização desta Secretaria, integrante da Comissão de Recebimento de Material;
- b) Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor correspondente aos produtos entregues em caráter definitivo.

12.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RETENÇÃO DE VALORES DAS MEDIÇÕES POR DANOS CIVIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

13.1 A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização dos valores devidos, na forma preconizada pelo art. 121 e seu §1º da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

13.2 O procedimento que trata o caput desta cláusula também será adotado nas hipóteses prevista no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais da administração, utilizando o INCC publicado pela FGV, com o respectivo índice acumulado publicado.

14.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

15.1. A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) designado(s) pela PREFEITURA DA CIDADE DE QUEIMADOS e respectivos auxiliares, doravante denominados, em conjunto, FISCALIZAÇÃO.

15.2. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações, do Contrato, bem como de tudo o que estiver contido nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

15.3. A CONTRATADA deverá acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, desde que emitidas dentro dos limites destas Especificações e do Contrato.

15.4. Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos ou não previstos no Contrato, nestas Especificações, bem como tudo o que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.5. A CONTRATADA deverá manter permanentemente à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e adequados que permitam o acompanhamento dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e equipamentos empregados, independentemente das inspeções realizadas para fins de faturamento.

15.6. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento e de pleno direito, que a CONTRATADA adote providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

15.7. A condução geral da obra pela CONTRATADA ficará a cargo de um Engenheiro Residente, pertencente ao seu quadro de colaboradores, devendo este ser auxiliado por Mestres de Obras ou Encarregados, devidamente habilitados para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

15.8. Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao Engenheiro Residente serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; da mesma forma, todo e qualquer ato praticado, decisão tomada ou omissão de responsabilidade do referido profissional será considerado, para todos os efeitos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

15.9. O Engenheiro Residente, os Mestres de Obras e os Encarregados, cada qual no âmbito de suas atribuições, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados acerca do andamento dos serviços, da programação, das peculiaridades das tarefas e de tudo o mais que for considerado necessário ou útil à fiscalização da obra.

15.10. A fiscalização exercida nos termos desta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando, na ocorrência de tais fatos, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES

16.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

16.1.1. advertência;

16.1.2. multa;

16.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. as peculiaridades do caso concreto;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

16.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 17.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

16.1.1. advertência;

16.1.2. multa;

16.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, por meio de Termo de Aceite Provisório, após a aferição dos seguintes critérios:

- Evolução Físico-Financeira;
- Conclusão do Objeto;
- Funcionalidade.

17.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição até que todas as pendências apontadas no Recebimento Provisório sejam sanadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17.3. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado — distinto do fiscal técnico — deverá providenciar o Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas, das responsabilidades assumidas contratualmente e da legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Projeto Básico ou com a proposta apresentada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA DE CONTRATO

18.1. O CONTRATADO deverão prestar garantia de contrato correspondente a 1% do valor contratado, conforme §1º, Art. 96 da Lei nº 14.133/21, podendo realizar mediante modalidade de fiança bancária ou seguro garantia.

18.2. O SEGURO GARANTIA deverá ser prestado da seguinte forma:

Fiança bancária (carta seguro fiança), esta deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e, (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

18.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

18.4. O comprovante de prestação da GARANTIA DE CONTRATO na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada necessariamente em via original.

18.5. Os documentos indicados neste item do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

18.6. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE CONTRATO poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelas diferentes consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e que conste a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

18.7. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE CONTRATO, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

- (i) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;
- (ii) se a LICITANTE, sendo ADJUDICATÁRIA, se recusar a assinar o CONTRATO;
- (iii) se a LICITANTE incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos para a PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,
- (iv) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do contrato.

18.8. A GARANTIA DE CONTRATO será liberada até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo de obras.

18.9. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

19.1. Após o aceite definitivo, dar-se-á início ao período de aplicação das garantias da obra, caso sejam identificadas patologias, vícios construtivos ou demais ocorrências que demandem a execução das garantias.

19.2. As garantias exigidas observarão as definições e os prazos estabelecidos na NBR 17170:2022 — Edificações — Garantias — Prazos Recomendados e Diretrizes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

20.1 O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados nos incisos I, II, III, IV, VI e IX art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

20.2 O CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Administração, na forma do §2º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, tendo ainda direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

20.3 Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte da CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, poderá o CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais:

20.3.1 assumir, por ato próprio, imediatamente o objeto do contrato no estado e local em que se encontrar;

20.3.2 ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, de acordo com o previsto no artigo 139, II da Lei nº. 14.133/2021;

20.3.3 execução da garantia contratual e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, na forma do art. 139, III, da Lei nº 14.133/2021;

20.3.4 retenção dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

20.4 A aplicação das medidas previstas nos subitens 19.3.1, 19.3.2 e 19.3.3, ficam a critério do CONTRATANTE, que poderá dar continuidade a obra por execução direta ou indireta.

20.5 O atraso injustificado no início da obra, além de acarretar a rescisão do contrato, faculta ao CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto do contrato no estado local em que se encontrar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

20.6 A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admissível, será feita independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e terá seus efeitos a partir de sua publicação.

20.7 Em caso de rescisão administrativa, a CONTRATADA ficará obrigada a se retirar do local dos serviços dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias.

20.8 Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

20.9 O CONTRATANTE poderá resilir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – RENÚNCIA A DIREITOS

21.1 O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

22.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– REMESSA AO T.C.E.

23.1 Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– FORO

24.1 Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados – Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Queimados, _____.

CONTRATANTE: _____
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS

CONTRATADA: _____
EMPRESA